

# Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Economia do Brasil surpreende e cresce 1,2%; mercado eleva projeções..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Orçamento será revisto, mas só depois das eleições.....10

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Reajuste igual para servidor do Executivo e Judiciário..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Vale tudo para garantir R\$ 600..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Crescimento acima de 3% neste ano já entra no radar..... 13

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Guedes diz que reformas sairão caso Bolsonaro ganhe a eleição..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Impostos no combate à fome..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O bolsonarismo é corrupto - MARILIZ PEREIRA JORGE..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bolsonaro e Guedes turbinam campanha surfando em boas notícias na economia..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

MP aprovada pela Câmara poderá encarecer conta de luz em R\$ 10 bi..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em 40 dias, Petrobras corta em 19% a gasolina..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Redução leva a revisão das projeções para a inflação..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Chile vota nova Constituição já pensando como mudá-la..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desempenho da economia pode suavizar desaceleração (Editorial)..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Oi fecha acordo para pagar dívida de R\$ 360 milhões..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**PIB mais forte deve levar BC a rever estimativa de ociosidade** ..... 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

**O agro avança, água recua (Editorial)** ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
ECONOMIA

**Avança no Congresso projeto que aumenta teto para o Simples Nacional - CAPITAL S/A**  
..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Lula tem 45%, Bolsonaro, 32%, Ciro, 9%, e Tebet, 5%, mostra novo Datafolha** ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Governo corta 42% da Saúde na proposta de Orçamento 2023** ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Governo quer incluir 804 mil famílias no Auxílio Brasil antes das eleições** ..... 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Dólar amplia alta histórica no mundo e vai a R\$ 5,23 no país** ..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Expansão ou contração fiscal em 2023? - NELSON BARBOSA** ..... 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

**Agora é a agropecuária, por fatores climáticos, que inibe evolução do PIB** ..... 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA CORRIDA  
ECONOMIA

**Os órfãos da pandemia de Covid-19 - JULIO ABRAMCZYK** ..... 44

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS  
ECONOMIA

**Preço do leite aumenta 12% em agosto no campo e tem recorde** ..... 45

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ECONOMIA

**Orçamento de Bolsonaro para 2023 asfixia Casa Verde Amarela - COLUNA DO ESTADÃO** .. 47

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

**A resistência da economia brasileira (Editorial)** ..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

**Brasileiro é preso após apontar arma contra Cristina Kirchner** ..... 52

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Consumo tem avanço recorde, mas não supera oito anos de estagnação** ..... 53

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

**Para 2023, espera-se uma perda de ritmo da economia doméstica** ..... 54

---

Sexta-Feira, 2 de Setembro de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Corte de emendas pode ser saída para Auxílio, avaliam economistas ..... 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

'Parece discurso de candidato', afirma relator ..... 57

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Guedes promete que IPI será zerado em caso de reeleição de Bolsonaro ..... 58

# Economia do Brasil surpreende e cresce 1,2%; mercado eleva projeções

**Leonardo Vieceli Eduardo Cucolo**

O **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro cresceu 1,2% no segundo trimestre de 2022, em relação aos três meses imediatamente anteriores, acima das expectativas dos analistas consultados pela agência Bloomberg, de 0,9%.

Esse foi o quarto resultado positivo seguido, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (1º) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O desempenho foi impactado principalmente pelo setor de serviços. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias e os investimentos também surpreenderam.

Com o novo resultado, o **PIB** ficou 3% acima do nível pré-pandemia, mas ainda está 0,3% abaixo do recorde da série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014.

O crescimento acima do esperado provocou uma onda de revisões nas estimativas para este ano. As projeções agora indicam uma alta próxima a 3% no acumulado de 2022. A previsão mais recente do boletim Focus, publicado pelo BC (Banco Central), era de crescimento de 2,10%.

Os resultados dos seis primeiros meses já garantem um avanço de 2,6% para o ano, caso a economia fique estável no segundo semestre -a chamada herança estatística.

A expectativa, porém, é de uma desaceleração nos seis últimos meses do ano, mesmo com os estímulos adotados pelo governo federal para o período eleitoral. Há divergências entre os analistas em relação ao tamanho da perda de fôlego.

O **PIB** mede a produção de bens e serviços no país a cada trimestre. O avanço do indicador é usualmente chamado de crescimento econômico.

O período de abril a junho de 2022 ainda mostrou reflexos da reabertura de atividades após as restrições na pandemia. Com o aumento da circulação de pessoas e a volta de negócios presenciais, houve impulso para o setor de serviços, o principal do **PIB**, com alta de 1,3% de abril a junho.

A indústria cresceu 2,2%. É a taxa mais elevada desde

o terceiro trimestre de 2020 (14,7%), quando o setor começava a se recuperar da pandemia e apresentava uma base de comparação depreciada, apontou o IBGE. A agropecuária subiu 0,5% no segundo trimestre.

Os serviços representam 70% da economia. Portanto, têm um impacto maior nesse resultado, segundo Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Dentro do setor, destacaram-se as outras atividades de serviços, aquelas presenciais, que estavam represadas durante a pandemia, como restaurantes e hotéis.

O consumo das famílias cresceu 2,6% de abril a junho. Os investimentos na economia, medidos pelo indicador de FBCF (Formação Bruta de Capital Fixo), aumentaram 4,8%.

"A alta do consumo está relacionada à volta do crescimento dos serviços prestados às famílias, em decorrência dos serviços presenciais que estão com a demanda represada na pandemia", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE.

Segundo ela, também houve impacto do crescimento do comércio, da melhora do mercado de trabalho, da liberação dos saques emergenciais do FGTS e da antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do **INSS**. "Tudo isso impactou o consumo, apesar do aumento da **inflação** e dos juros", afirmou Palis.

Em um ambiente marcado pela pressão inflacionária, o governo Jair Bolsonaro (PL) apostou na liberação de recursos para tentar atenuar a perda do poder de compra dos brasileiros às vésperas das eleições.

"É um bom resultado. Não há dúvida. A questão é: continuar com esse crescimento é muito difícil", analisa o economista Claudio Considera, coordenador de contas nacionais do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

O Bank of America elevou a projeção para o **PIB** deste ano de 2,5% para 3,25%. Para 2023, manteve o crescimento de 0,9%. Segundo a instituição, as medidas para baratear os combustíveis e o aumento do Auxílio Brasil devem ter grande influência positiva nos resultados deste semestre, enquanto a desaceleração global e os efeitos defasados do

aumento dos juros no Brasil ajudam a frear a atividade.

O Goldman Sachs revisou a projeção de 2,2% para 2,9%. Os cortes recentes nos **impostos** e o pacote de benefícios acima teto de gastos devem adicionar aproximadamente 0,7% do **PIB** em estímulo fiscal neste ano. Por outro lado, uma **inflação** ainda elevada, juros altos, desaceleração da economia global e incerteza política "provavelmente adicionarão ventos contrários" à atividade, diz o banco.

A previsão do Itaú Unibanco de 2,2% deve caminhar para algo entre 2,5% e 3%, afirma a economista Natália Cotarelli. De acordo com ela, o **PIB** deve mostrar perda de fôlego ao longo do segundo semestre, sob efeito dos juros mais altos, que jogam contra a recuperação do consumo.

"Não mudou muito a perspectiva para o segundo semestre. A gente espera uma desaceleração da economia, o **PIB** andando de lado", aponta. Por ora, o Itaú Unibanco prevê leve alta de 0,2% em 2023.

A projeção da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) é de 2,6% para este ano, mas apenas 0,2% no próximo. A entidade afirma que a forte expansão fiscal no começo de 2022 contrabalançou os efeitos negativos do elevado patamar da taxa de juros.

"O primeiro semestre pode ter sido o melhor momento da economia brasileira no ano. O segundo semestre não deverá repetir o mesmo dinamismo", diz a entidade, em nota.

Laiz Carvalho, economista para Brasil do BNP Paribas, afirma esperar um crescimento próximo de 1% para o terceiro trimestre. Ela diz que o grande destaque do trimestre passado foi a recuperação do setor de serviços acima do esperado, com a contribuição também de transferências temporárias maiores para a população.

"No terceiro trimestre tem o Auxílio Brasil maior e os vouchers para motoristas. A perspectiva é que essas transferências ajudem, e o **PIB** do trimestre também seja bastante positivo."

Rodrigo Sodré, economista e sócio do escritório de investimentos BRA, destaca que a alta no segundo trimestre veio em linha com fatores como o aumento da gera o de vagas de trabalho. Ele avalia que medidas como o Auxílio Brasil tendem a estimular a atividade no segundo semestre, mas chama aten o para os riscos existentes no cenário.

"  preciso estar atento nos próximos trimestres às

consequências do aperto monetário e da desacelera o da economia global. Além disso, o nível de endividamento das famílias está em um patamar bastante elevado (o que pode frear o consumo), não haverá a inje o na economia do 13  dos aposentados e servidores e a contribui o positiva da reabertura pode começar a ser absorvida e normalizada pela economia", indicou em relatório.

Na visão de Mirella Hirakawa, economista s nior da AZ Quest, a atividade econômica mostra desempenho mais forte do que o esperado inicialmente. Diante desse quadro, a institui o também elevou a proje o para o **PIB** deste ano, de 2,2% para 2,8%.

Para 2023, a expectativa, porém,   de um recuo de 0,4%. A previsão anterior era de baixa de 0,5%.

No terceiro trimestre, espera-se impacto dos recentes cortes de **tributos**, além dos efeitos da amplia o de benefícios sociais às vésperas das elei es. A **infla o**, porém, ainda mostra sinais de persistência e encarece produtos como alimentos, que pesam mais no bolso da popula o pobre.

Isso dificulta uma sensa o de melhora econômica para parte dos brasileiros, mesmo com o desempenho positivo do **PIB**, diz a economista Vívian Almeida, professora do Ibmecc-RJ.

"Não podemos desconsiderar as boas notícias, como a do **PIB**. Mas ter a renda comprando menos do que em outros períodos   uma questão importante para a popula o", aponta.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022>

### Comportamento do consumo e do investimento no 2º trimestre de 2022

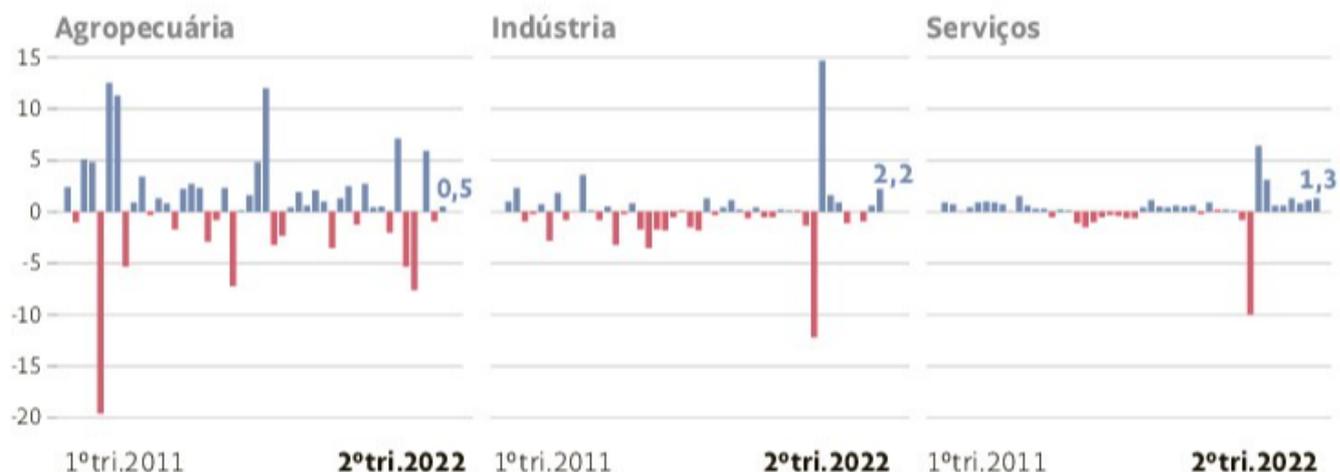
Variação em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

## Desempenho do PIB dos três setores no 2º trimestre de 2022

Variação em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

## PIB está 0,3% abaixo do pico histórico

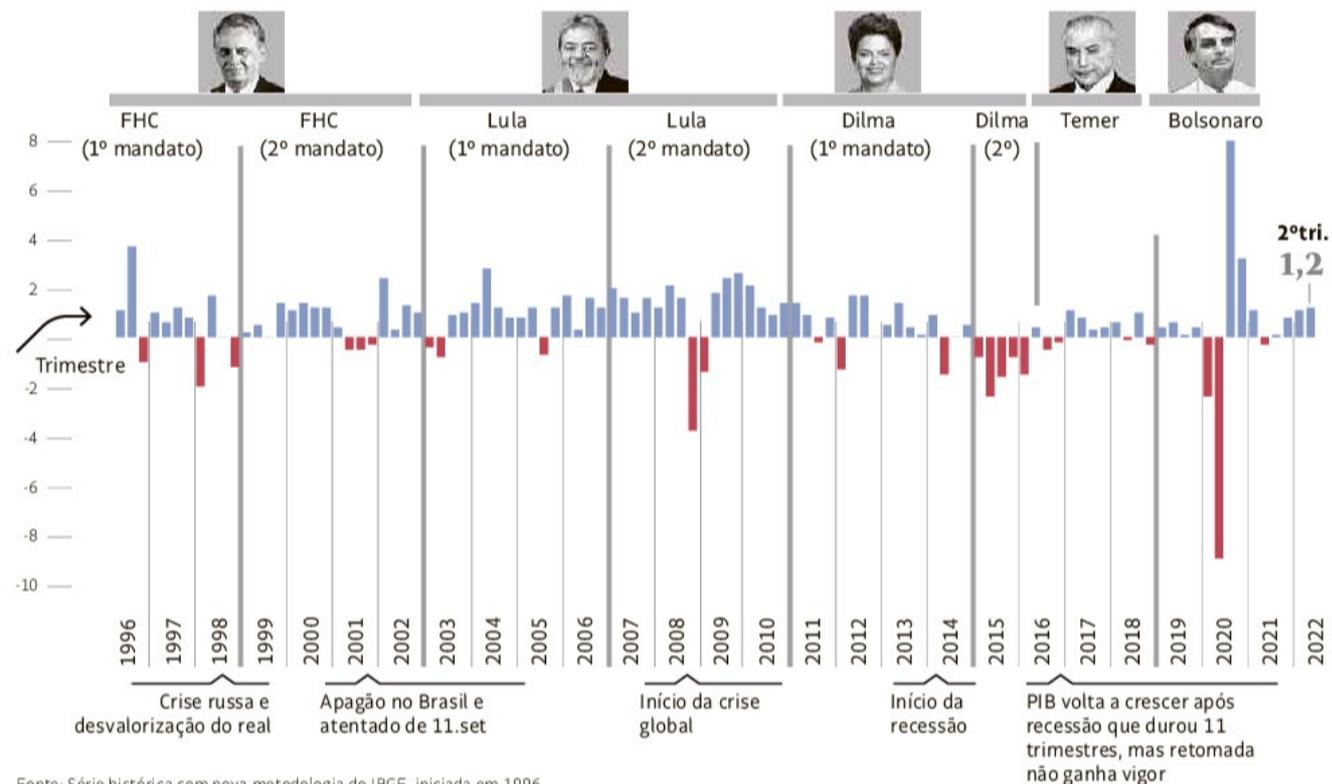
Em número índice. Média de 1995 = 100



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

## PIB no 2º trimestre de 2022

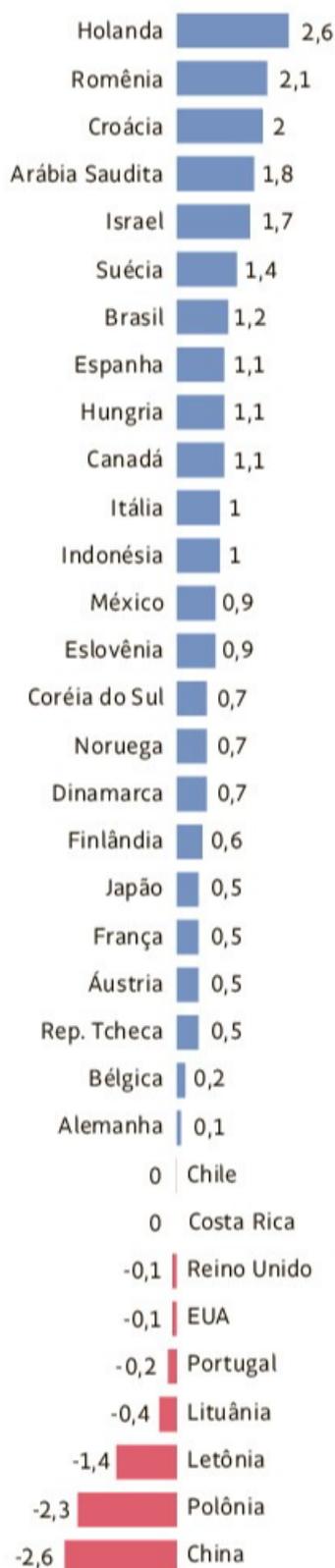
Varição do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: Série histórica com nova metodologia do IBGE, iniciada em 1996

## Varição do PIB de países no 2º trimestre

Em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: OCDE Data

# Orçamento será revisto, mas só depois das eleições

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reajuste igual para servidor do Executivo e Judiciário

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator do Orçamento de 2023, disse que vai trabalhar\*para que os **servidores públicos** do Executivo tenham um reajuste próximo ao percentual aprovado para o Judiciário, de 18% em dois anos, com parcelas de 9%.

Castro ressaltou que o governo federal prevê um percentual de apenas 5% para o ano que vem e que trabalhará para que o índice fique próximo do que será concedido aos funcionários dos demais poderes.

- Grande parte dos senadores não tem nada desde 2017, com perdas que giram em torno de 30%. Daremos o melhor de nós, para que os servidores do Executivo, que normalmente são os que ganham menos, possam ter um reajuste próximo do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e até do Legislativo - afirmou o parlamentar, que recebeu ontem a proposta de Orçamento para 2023, encaminhada pelo governo federal.

No projeto enviado ao Congresso Nacional, o governo prevê R\$ 14,2 bilhões para o reajuste de **servidores públicos**. Contudo, não são indicados percentuais no texto.

## Vale tudo para garantir R\$ 600



**Henrique Lessa***Fernanda Strickland*

São Paulo e Brasília - O ministro da economia, Paulo Guedes, disse ontem, em evento com empresários, em São Paulo, que o Auxílio Brasil de R\$ 600 será pago de uma forma ou de outra no próximo ano. Segundo o ministro, o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOa), encaminhado na quarta-feira ao Congresso, não poderia prever o benefício no valor prometido por não ter fonte de recursos. Por isso, a previsão foi de um valor de R\$ 405. Mas o governo espera a aprovação de uma parte da **reforma tributária**, que taxará lucros e dividendos superiores a R\$ 400 mil por mês.

Guedes ressaltou para a plateia, composta, majoritariamente, por apoiadores do atual governo, que o empresário que tiver lucros e dividendos de R\$ 500 mil, pagaria IR apenas sobre o excedente ao limite. Alternativamente, no caso de não aprovação do projeto pelo Congresso, resolve-se o problema com a decretação de estado de calamidade, afirmou.

O ministro fez questão de dizer que foi o criador do Auxílio Emergencial durante o período da pandemia. Lembrou que o benefício só saiu do ministério com o valor de R\$ 200 "por um imperativo moral, eu precisava pagar o mesmo que pagava o Bolsa Família", mas que foi o presidente Jair Bolsonaro (PL) quem ordenou, depois, subir para R\$ 600.

Durante o evento, o ministro comemorou o crescimento de 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre. Guedes afirmou que o mercado financeiro foi pessimista em relação ao desempenho econômico do país e, por isso, está tendo que rever as projeções constantemente. E sustentou que não há bombas fiscais armadas para explodir no próximo ano,

e que o Brasil nunca esteve tão bem em termos fiscais.

### Relator critica

O senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento de 2023, criticou a falta de indicação de recursos para o Auxílio Brasil na proposta orçamentária. Segundo ele, o governo precisa sair do discurso ao prometer manter o benefício em R\$ 600 e partir para a prática. "Nossa expectativa é que ele tivesse mandado uma proposta dando o reajuste. Senão, fica parecendo discurso de candidato. O que o impede de propor?", questionou Castro.

O senador prometeu ainda reavaliar os reajustes salariais previstos na proposta. Para ele, não tem sentido os servidores do Judiciário terem aumento de 18% e os do Executivo, menos de 5%. Para Castro, os servidores do Judiciário e Legislativo já ganham melhores salários. "Nosso objetivo é aprofundar na análise para que o servidor do Executivo, que ganha menos, possa ter um reajuste próximo do Judiciário e do Legislativo, de 9% no próximo ano", adiantou.

# Crescimento acima de 3% neste ano já entra no radar

***Marta Watanabe, Marsílea Gombata e Marcelo Osakabe  
De São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

**Site:**

***[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)***

# Guedes diz que reformas sairão caso Bolsonaro ganhe a eleição

O governo não conseguiu aprovar as reformas tributária e administrativa em três anos e meio de mandato, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, transmitiu ontem otimismo de que essa dificuldade pode desaparecer se o presidente Jair Bolsonaro (PL) conseguir a reeleição em outubro. "Se a gente ganhar a eleição, pode ter **reforma tributária** e administrativa juntas até o fim do ano", declarou o ministro ao responder perguntas durante fórum sobre desoneração da folha de pagamento do Instituto Unidos Brasil (IUB).

Em palestra no evento, Guedes sustentou que a aprovação da **reforma tributária** permitirá financiar no ano que vem tanto a manutenção dos pagamentos do Auxílio Brasil em R\$ 600 quanto a atualização da tabela do Imposto de Renda. Isso porque a tributação da distribuição de lucros e dividendos prevista no projeto já aprovado pela Câmara levantaria R\$ 70 bilhões, mais do que o custo de R\$ 69 bilhões do auxílio e da correção da tabela do imposto de renda.

Ele também prometeu, caso haja a reeleição, zerar o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). "Em mais quatro anos nós vamos zerar", afirmou. Ao encerrar sua participação no evento, Guedes recebeu um manifesto do Instituto Unidos Brasil em defesa de uma política estruturada de desonerações capaz de simplificar o ambiente de negócios, aumentar a competitividade das empresas e preservar direitos da população.

**Site:**

**<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2022-09-02>**

# Impostos no combate à fome



Naum Giló

» Entrevista | TONI DE CASTRO | CANDIDATO A VICE-GOVERNADOR

O enfrentamento à fome e aos problemas sociais do Distrito Federal são os norteadores da campanha eleitoral da Federação PSol-Rede na corrida ao Palácio do Buriti. Ontem, Toni de Castro (PSOL), postulante a vice-governador pela chapa de Keka Bagno, apresentou algumas soluções da candidatura ao CB. Poder, programa que é uma parceria do Correio com a TV Brasília.

Na conversa, comandada pela jornalista Ana Maria Campos, Toni apontou as desigualdades sociais como grande desafio de um eventual governo seu ao lado de Bagno. Na batalha contra a pobreza, ele defende a criação de um auxílio de R\$ 600, que teria como fonte de financiamento o aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Primeira vez concorrendo a uma eleição, o servidor público também teceu críticas ao governo de Ibaneis Rocha (MDB) e acusou o legislativo de virar um "balcão de negócios" com o chefe do Executivo.

Ouvimos muito a população reclamando da falta de atendimento no sistema de saúde. É o que vocês também têm ouvido nas ruas?

A situação foi agravada pela pandemia e pela crise econômica. A correria do dia a dia adoce física e mentalmente a população. E eles não têm tempo de cuidar da própria saúde, porque precisam garantir o sustento. Isso tende a agravar ainda mais a crise da saúde, que já está sobrecarregada, além do problema da pobreza e da fome. A nossa proposta é a criação de um auxílio de R\$ 600, pago enquanto a pessoa estiver passando fome. O valor dobraria no caso de mães solo ou de mulheres que fossem responsáveis por idosos ou pessoas com deficiência, isso combinado com políticas de geração de emprego.

Além disso, vocês têm outras propostas que impactam diretamente os gastos públicos. Vocês já analisaram se, do ponto de vista do orçamento, essas propostas são possíveis?

Nós temos diferenças fundamentais com candidatos como Paulo Octávio ou Izalci, que prometem um paraíso no DF e, ao mesmo tempo, reduzir a tributação. Esse paraíso tem um preço. Nós vamos aumentar **impostos** para o IPTU dos ricos. Se Ibaneis tem condições de ter uma mansão de R\$ 23 milhões, ele pode pagar um imposto considerável, que vai contribuir, inclusive mais que o governo dele, para resolver o problema da fome no DF. A mudança deve ocorrer levando em conta tanto as dimensões, quanto o valor da propriedade, além de atualizar esses valores.

Como pôr em prática esse projeto sem o apoio da Câmara e sendo vocês de uma aliança política que é pequena em relação a todo esse poder político e econômico que existe no DF?

Você tem razão, essa diferença é muito grande. Mas, nós temos histórias bíblicas que contam que é possível um Davi derrotar um Golias. Não dizemos que isso seja fácil. Isso só é possível a partir da mobilização popular, ouvindo e dialogando com o povo, e dando a ele, em alguns casos, o poder de decisão, como é o caso do orçamento participativo e a instituição de conselhos populares. Só assim para quebrar essa estrutura que decide em negociatas, na calada da noite, a destinação do orçamento público para aqueles que sempre lucraram, enquanto o povo sequer tem um transporte público de qualidade e tem que pagar as mais caras tarifas do país.

O senhor e Keka já conversaram sobre o seu papel de vice no governo?

Eu e Keka temos uma sintonia muito grande no projeto de transformação do DF. Nós temos o diagnóstico dos maiores problemas desta cidade. O DF tem os maiores níveis de desigualdade do país e, segundo meus estudos, é também a capital mais racialmente segregada também. Para enfrentar isso, nós queremos mudar a lógica da apropriação da elite sobre o orçamento público, que transforma a Câmara em um balcão de negócios com chefe do executivo.

Keka tem chamado a atenção em entrevistas e debates pelos posicionamentos firmes que ela tem. Mas a campanha é curta. Vocês acham que se

tivessem mais tempo de campanha seria mais possível vencer?

Não temos poder de gestão sobre o tempo, temos que trabalhar com o que temos. Mas estamos fazendo um bom trabalho por todo o DF, conversando com as pessoas nas feiras, paradas de ônibus, rodoviárias, participando de encontro com associações, coletivos, sindicatos e as respostas que temos tido é muito positiva. Há uma grande simpatia do povo quando ouve o nosso programa. A transformação dessa simpatia em voto é uma outra história. Mas, por fim, Keka e eu sonhamos com um momento em que caras, corpos e ideias pretas, em espaços como esse, com a qualificação que nós estamos apresentando, não seja de surpreender a mais ninguém.

# O bolsonarismo é corrupto - MARILIZ PEREIRA JORGE

**MARILIZ PEREIRA JORGE**

O eleitor de Jair Bolsonaro não se comove com as reportagens sobre o enriquecimento da família do presidente porque não se importa com corrupção, ao contrário do que diz. Em cerca de 30 anos, o clã negociou 107 imóveis, 51 deles pagos total ou parcialmente com dinheiro vivo, segundo reportagem do UOL. Se alguém ainda acha que nesse angu não tem carço, é porque é igual.

De todas as mentiras contadas por Jair, sempre achei a do combate à corrupção a melhor. O então deputado conseguiu convencer parte da população de que ele era um político preocupado com a má gestão dos recursos públicos. Em 2018, muita gente tampou o nariz e apertou o 17 com força, apesar do perfil autoritário, homofóbico, misógino e racista do então candidato.

É evidente que parte do eleitorado é um espelho do presidente nessas questões, mas sempre achei difícil acreditar que havia tanta gente capaz de relevar as atitudes de Bolsonaro apenas em prol da luta contra corrupção. Bem, parece claro que há uma parte não só preconceituosa mas conivente com a roubalheira.

Os esquemas de rachadinha e de compra de imóveis da família, que têm toda a pinta de lavagem de dinheiro, começaram a ser denunciados ainda antes da posse presidencial. De lá para cá, o bolsonarista viu a imagem pretensamente ilibada dos Bolsonaros ficar mais suja que estátua cagada de pombo, mas está sempre pronto para passar um pano que mal disfarça a sujeitada toda.

Embora honestidade não seja privilégio de nenhuma ideologia, o bolsonarismo é corrupto de raiz, chafurda na mesma lama que diz combater. Bolsonaro não derrete porque lavagem de dinheiro, sonegação de **impostos**, desvio de verba de gabinetes, fraudes no auxílio emergencial e superfaturamento de gastos são práticas de seus apoiadores. De empresários a parlamentares e cidadãos comuns, o bolsonarismo está cheio de gente suja feito Jair Bolsonaro e seus filhos.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

22

# Bolsonaro e Guedes turbinam campanha surfando em boas notícias na economia

O presidente Jair Bolsonaro (PL) tem tentado capitalizar as notícias favoráveis na área econômica nos últimos dias em busca de votos a um mês das eleições. Em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, ele tenta reduzir a vantagem de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobretudo no eleitorado de baixa renda.

Nesta semana, o governo comemorou dados como o **PIB** (Produto Interno Bruto) maior que o esperado no segundo trimestre, a queda no desemprego, a alta do rendimento dos trabalhadores e nova rodada de corte no preço dos combustíveis.

Ministros aproveitaram a onda de boas notícias para inundar as redes sociais com mensagens celebrando as divulgações, após o governo amargar um período negativo na economia, sobretudo a **inflação** elevada e resistente no primeiro semestre, puxada por alimentos e pelos seguidos aumentos nos preços de gasolina e diesel.

Um dos pontos de virada é o mercado de trabalho. A taxa de desemprego está em queda, após chegar a dois dígitos no início do ano. O rendimento médio real dos trabalhadores voltou a crescer, embora ainda esteja 2,9% menor no trimestre encerrado em julho na comparação com igual período do ano passado.

Outra boa notícia para o governo foi o resultado o **PIB**, que mostrou alta de 1,2% no segundo trimestre - percentual que surpreendeu positivamente o mercado e levou a uma onda de revisões para cima do resultado de 2022.

Também nesta quinta, a Petrobras -que vem intensificando os anúncios de corte de combustíveis, incluindo produtos cujos reajustes não eram divulgados amplamente- cortou o preço da gasolina em 7%. Bolsonaro postou sobre o preço mais barato minutos depois.

Na mesma toada, a Caixa anunciou nesta semana a ampliação do financiamento do programa habitacional Casa Verde e Amarela, e o Ministério da Cidadania prepara a inclusão de mais 804 mil famílias no Auxílio Brasil turbinado.

"Brasil crescendo acima das expectativas e superando países do G7 (OCDE). **Inflação** menor que EUA e

Alemanha (IPCA). Desemprego caindo (Caged). Investimentos em alta (Banco Central)", afirmou Bolsonaro em rede social nesta quinta-feira (1º). "Contra fatos não há argumentos. Que comece o "mas", complementou, em referência às análises que ponderam os dados positivos.

O Ministério da Economia também comemorou os números. Após passar anos comentando o resultado do **PIB** só em notas, decidiu convocar uma entrevista com jornalistas para que os técnicos pudessem exaltar os resultados.

"Se no segundo trimestre, com juro real no pico, a gente cresceu 1,2%, a economia tem robustez para crescer mais ainda quando esses fatores aliviarem", disse o chefe da Assessoria Especial de Estudos Econômicos, Rogério Boueri.

Os técnicos minimizaram o impulso de medidas atípicas neste ano, como o saque extraordinário do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) -que elevou o **PIB** em 0,09 ponto percentual nas contas do governo.

O ministro Paulo Guedes (Economia) fez coro ao discurso de exaltação à força da economia brasileira e repetiu nesta quinta que o país está "condenado a crescer".

"O que era uma previsão otimista para o ano inteiro, que era crescer 2%, já foi superada em seis meses", comemorou. "Se [o Brasil] não crescer nada daqui até o fim do ano, já tem, o que a gente chama de "carry" [carrego], um crescimento de 2,4%", acrescentou.

O entusiasmo tem levado o governo a deixar de lado o te-morde analistas sobre os riscos para as contas públicas em 2023, após a enxurrada de recursos liberados às vésperas das eleições para cortar **impostos** sobre combustíveis e aumentar benefícios sociais que devem continuar, em grande parte.

Guedes relativiza dizendo não haver "nenhuma bomba fiscal" para o ano que vem.

Juliana Damasceno, economista-sênior da Tendências Consultoria, avalia que as boas notícias são muito mais motivadas por um choque extraordinário de receitas, e que uma retirada da ajuda conjuntural seria

penosa para a atividade econômica. Nathalia Garcia,  
Idiana Tomazelli, Douglas Gavras e Matheus Teixeira

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**22**

# MP aprovada pela Câmara poderá encarecer conta de luz em R\$ 10 bi

**MARLLA SABINO BRASÍLIA**

Associações do setor elétrico e especialistas avaliam que a medida provisória (MP) que traz mudanças nas regras do setor elétrico, aprovada na Câmara nesta semana, vai encarecer as contas pagas pelos consumidores.

De acordo com cálculos da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace), o impacto anual da MP pode chegar a R\$ 8 bilhões - considerando os **impostos**, a cifra sobe para R\$ 10 bilhões.

O valor é referente à extensão de dois anos no prazo para que usinas de fontes incentivadas (como solar e eólica) que ainda terão direito a receber subsídios fiquem prontas e comecem a funcionar. Até então, esses empreendimentos deveriam operar em até 48 meses, mas o texto aprovado pelos deputados estende esse prazo até 72 meses. "Apenas esse movimento faria dobrar o subsídio que existe hoje, que já é de R\$ 8 bilhões", aponta Paulo Pedrosa, presidente da Abrace.

**ÚLTIMA HORA.**

Essa e outras medidas foram inseridas em uma MP que, inicialmente, tratava do uso de créditos tributários no setor de combustíveis. De última hora, o relator, deputado Danilo Forte (União-CE), incluiu dispositivos que afetam o setor de energia e as tarifas.

A matéria segue agora para análise do Senado. O setor deve se mobilizar para que os trechos sejam retirados e discutidos por meio de outro projeto que trata da modernização do setor, que tramita na Câmara.

Entidades reclamam que as propostas foram aprovadas sem qualquer tipo de discussão com o setor ou com a sociedade.

"Apresentar, propor e aprovar artigos de lei em cerca de 24 horas significa abandonar, de vez, o princípio da boa governança legislativa: zero transparência, zero previsibilidade", afirmou o Instituto Acende Brasil, em nota.

O texto também prevê novas regras para

estabelecimento das tarifas pelo uso do sistema de transmissão de energia.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em 40 dias, Petrobras corta em 19% a gasolina

*Fábio Couto e Francisco Góes Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

# Redução leva a revisão das projeções para a inflação

***Alessandra Saraiva, Marcelo Osakabe e Anais Fernandes  
Do Rio e de São Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

**Site:**

***[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)***

# Chile vota nova Constituição já pensando como mudá-la

**Roberto Lameirinhas De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

# Desempenho da economia pode suavizar desaceleração (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5)

# Oi fecha acordo para pagar dívida de R\$ 360 milhões

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=28&section=5)

# PIB mais forte deve levar BC a rever estimativa de ociosidade

*Análise Alex Ribeiro De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319)

**Site:**

[http://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319](http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319)

## O agro avança, água recua (Editorial)

Ao mesmo tempo em que o governo brasileiro e os produtores rurais fazem projeções otimistas para a safra 2022/2023 - a soja, por exemplo, tem perspectiva de recorde na produção, com estimativa de 150,36 milhões de toneladas e aumento de 3,54% na área cultivada, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) -, uma equação não fecha no país do agronegócio.

Parafraseando a constatação de um dos presidentes da ditadura militar ao avaliar o contraste de então entre os bons indicadores da economia e a má situação da população, no cenário atual a agropecuária vai bem, mas a terra e os biomas que a sustentam vão mal.

É o que aponta a iniciativa MapBiomas, formada por uma rede de universidades, startups de tecnologia e ONGs, ao lançar nova edição dos mapas anuais de cobertura e uso da terra do Brasil, feita a partir de imagens de satélite. Mapeando um período de 37 anos, os estudos demonstram que o espaço ocupado pela agropecuária aumentou no período de 21% para 31% do território nacional, com avanço de 228% das zonas de agricultura, representado pelo acréscimo de 43,6 milhões de hectares de cultivo.

Quando se considera o avanço das pastagens para gado de leite e de corte, o acréscimo em todo o país entre 1985 e 2021 foi de 42,2 milhões de hectares, o que representou avanço de 39% da área destinada à pecuária, aponta o MapBiomas. Vale destacar que, embora, o avanço da agricultura tenha sido percentualmente muito mais significativo e os aumentos de territórios usados para plantio e para criação tenham sido parecidos em números absolutos, a área ocupada por rebanhos no país ainda é incomparavelmente maior: são 151 milhões de hectares (17,77% do território nacional), contra 62,7 milhões de hectares de plantio (7,4% do mapa do Brasil).

Observados desse ponto de vista, os números não parecem ruins. Afinal, o crescimento da população, não apenas no país, mas em nível planetário, justifica a necessidade de avanço da produção, e ele só ocorre com o aumento do cultivo e da criação de gado. De outro lado, mais lavouras e pastagens significam aumento das exportações, suporte para a balança comercial e incremento no Produto Interno Bruto (**PIB**).

O lado mais preocupante do estudo, no entanto, aparece no momento em que o MapBiomas verifica o

resultado de todo o avanço do agronegócio - somado, claro, às demais atividades econômicas - sobre um elemento que é fundamental tanto para o plantio, quanto para a criação, sem contar a manutenção de todas as espécies, incluindo a humana: a água. Considerados apenas os últimos 30 anos, a constatação foi que a superfície de água no país recuou assustadores 17,1%. Não é preciso ser especialista para intuir que é impossível equacionar de forma sustentável a multiplicação das lavouras e das cabeças de gado, associada ao recuo na disponibilidade de recursos hídricos.

A conta, é evidente, não fecha.

O encolhimento da superfície alagada e o avanço da agropecuária coincidem ainda com a constatação de que o Brasil perdeu 13,1% de vegetação nativa, entre florestas, savanas e outras formações não florestais, apenas entre 1985 e o ano passado, segundo o estudo. Nessas menos de quatro décadas, apontam os dados, as alterações causadas pelas ações humanas correspondem a um terço da área modificada pelo homem ao longo de toda a história do país. Foi um tempo em que 23 estados perderam áreas naturais, enquanto apenas três se mantiveram estáveis e somente um, o Rio de Janeiro, teve recuperação.

Enquanto se observa no mapa o avanço nítido na degradação do Sul em direção ao Norte ao longo das décadas, um alento do estudo do MapBiomas vem da constatação de que o país ainda conserva 66% de cobertura vegetal nativa. Ainda que 37 anos atrás essa cobertura fosse de 76%, os dados mostram que há muito a se preservar, e que é urgente avaliar como a ocupação e uso do solo avançou nos últimos anos para fazer frente ao desafio urgente de compatibilizar o avanço da produção, que é necessário, com a conservação de biomas, que já não é apenas indispensável - é questão de sobrevivência.

# Avança no Congresso projeto que aumenta teto para o Simples Nacional - CAPITAL S/A

Divulgação/Agência Brasil



Arquivo pessoal



## CAPITAL S/A

Foi bastante comemorado pelo segmento das pequenas empresas a aprovação na CCJ da Câmara dos Deputados do PLP nº 108/21. Ele aumenta o teto de enquadramento do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI). Os novos valores levam em conta a **inflação** oficial (IPCA) acumulada desde dezembro de 2006 até março de 2022.

## Mais empregados

A proposta também permite a contratação de até dois empregados pelo MEI. Hoje, a permissão é para apenas um. O projeto é do Senado e altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa. Agora, deve seguir para o plenário da Câmara. De acordo com o texto aprovado, os limites de faturamento anual passam a ser os seguintes: para o MEI, passa dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 144.913,41; para microempresa, salta de R\$ 360 mil para R\$ 869.480,43; e para empresa de pequeno porte, sobe de R\$ 4,8 milhões para R\$ 8.694.804,31.

## Pela inflação

Os novos valores deverão vigorar a partir de 2023 e serão atualizados anualmente pela **inflação**. A proposta vai contribuir para o enquadramento de

Cristiano Costa/Fecomércio-DF



Divulgação



empresas no Simples.

Enquanto isso no DF ...

O teto referência para a Secretaria de Economia no Distrito Federal está defasado desde 2018. Ainda vale como teto para as empresas de pequena porte o faturamento anual de R\$ 3,6 milhões. Pela tabela do governo federal vigente, é de R\$ 4,8 milhões.

Lucro presumido

Agora, a expectativa é em relação a outro projeto: para alterar o limite do lucro presumido. A última revisão foi em 2014.

Governo argentino promove missão empresarial ao Centro-Oeste

O ponto focal da Rodada de Negócios entre empresários brasileiros e argentinos foi Brasília. Um grande encontro comercial do setor de produtos alimentícios foi realizado, ontem, na Embaixada da Argentina, com a participação de 71 empreendedores. Destes, 31 do Centro-Oeste e do Amazonas. O evento teve a parceria da Fecomércio-DF e especialmente do Sindicato do Comércio Atacadista do DF (SindiAtacadista). O presidente do SindiAtacadista, Álvaro Silveira Jr, foi oficializado como presidente da Câmara de Comércio Brasília-Argentina. Participaram também da cerimônia os ministros argentinos Pablo de Angelis, encarregado de negócios; e Rodrigo Bardoneschi, chefe da seção Econômica e Comercial da embaixada; o presidente da Fecomércio DF, José Aparecido Freire; e o presidente do Sindicato dos Supermercados do DF, Jair Prediger.

Clube de Negócios Portugal/Brasília

O Clube Mulheres de Negócios de Portugal cria oficialmente, hoje, a primeira representação fora de seu país. E será em Brasília. Empresárias de expressão e relevância no DF tomarão posse como embaixadoras da cidade. À frente do projeto está a empresária Rijarda Aristóteles, que veio de Portugal.

Participação

O Clube tem Beatriz Guimarães como embaixadora master para região Centro-Oeste, e Mônica Monteiro como embaixadora master Brasil. O evento será às 17h, no Escritório Nelson Wilians Advogados, no Lago Sul.

# Lula tem 45%, Bolsonaro, 32%, Ciro, 9%, e Tebet, 5%, mostra novo Datafolha

**Igor Gielow, Carolina Linhares, Joelmir Tavares e Felipe Bächtold**

O desenho da corrida pelo Palácio do Planalto se manteve estável após o início do horário eleitoral de rádio e TV e sob o impacto do primeiro debate entre os presidencialistas, aliado à repercussão das entrevistas concedidas pelos principais deles ao Jornal Nacional, na semana passada.

Mas há movimentações importantes em alguns setores, e a oscilação positiva de dois candidatos na parte inferior da tabela indica que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá dificuldades de matar a fatura no primeiro turno.

O petista tem 13 pontos de vantagem sobre Jair Bolsonaro (PL) na disputa do primeiro turno, aponta nova pesquisa do Datafolha, realizada de terça (30) a esta quinta (1º). Marca 45% das intenções de voto, ante 32% do presidente.

Em relação ao levantamento anterior, de agosto, o ex-presidente oscilou negativamente dois pontos, exatamente a margem de erro da pesquisa. Já o atual titular do Planalto ficou onde está.

Por outro lado, Ciro Gomes (PDT) foi de 7% para 9% e Simone Tebet (MDB), de 2% para 5%. Ambos contam agora com mais exposição, e a senadora teve bom desempenho no debate realizado pela Folha, UOL e TVs Bandeirantes e Cultura, no domingo, atestado em pesquisa qualitativa com indecisos pelo Datafolha.

Neste levantamento, contratado pela Folha e pela TV Globo, o instituto ouviu 5.734 pessoas em 285 cidades. Ele foi registrado com o número BR-00433/2022 no Tribunal Superior Eleitoral.

Com a evolução de Ciro e Tebet, cai a chance de Lula vencer no dia 2 de outubro, algo que tem sido foco de sua campanha. O petista agora tem 48% dos votos válidos, que excluem os brancos e nulos e são considerados pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) na hora da apuração: vence sem necessidade de rodada adicional quem tiver 50% mais um voto. Em junho, o petista tinha 53%. Em maio, 54%.

A pesquisa traz más e boas notícias para Bolsonaro, já que é a primeira em que é possível mensurar o efeito

do pagamento do Auxílio Brasil, cuja primeira parcela foi distribuída de 9 a 22 de agosto. O benefício temporário de R\$ 600 é a principal arma do Planalto para reverter a vantagem de Lula entre os mais pobres.

Entre eles, que ganham até 2 salários mínimos e compõem nada menos que 50% da amostra populacional da pesquisa, Bolsonaro apenas oscilou dentro da margem, de 23% para 25%. Lula seguiu à frente, indo de 55% para 54%.

Pode concorrer para isso o fato de que todos os principais rivais prometem manter o benefício, e também a memória de que ele é uma versão repaginada de um programa criado por Lula, o Bolsa Família, que condensou iniciativas da gestão Fernando Henrique Cardoso e as ampliou. Seja como for, o Planalto já planeja ampliar o número de favorecidos antes do pleito.

O presidente viu estancada a recuperação que se mostrava forte na faixa acima, de quem ganha de 2 a 5 mínimos e que no Brasil já é chamada de classe média baixa.

Se em agosto Bolsonaro havia subido sete pontos entre os eleitores da classe média baixa, que são 36% do eleitorado, agora ele oscilou negativamente de 41% para 40%. Lula fez o mesmo movimento, indo de 38% para 36%.

Já o crescimento do **PIB** maior que o esperado no segundo trimestre, celebrado pelos aliados de Bolsonaro, é algo com percepção difusa para a população: a **inflação** ainda alta e inadimplência das famílias fazem persistir o mal-estar econômico.

Entre as mulheres, Bolsonaro segue com problemas. O presidente, que protagonizou agressão verbal a uma jornalista e à senadora Tebet no debate de domingo, oscilou apenas um ponto para cima, indo a 29%, ante 48% de Lula, que em agosto tinha 47%. A campanha bolsonarista vem investindo na figura da primeira-dama, Michelle, visando especialmente mulheres evangélicas como ela.

Nesse grupo religioso, Bolsonaro tem sua grande vantagem ante Lula, mas parou de crescer em relação à rodada anterior. Soma 48% (tinha 49%), enquanto o

petista manteve 32%. Se declaram evangélicos 26% dos ouvidos, ante 51% de católicos -menos estruturado politicamente, nesse segmento o ex-presidente bate o atual por 51% a 28%.

No principal campo de batalha, o Sudeste (43% do eleitorado pesquisado), Bolsonaro avançou em relação a agosto: viu cair pela metade a vantagem de Lula, que agora lidera por 41% contra 35% do presidente. O petista manteve sua vantagem mais expressiva no populoso Nordeste (27%), onde tem 58%, ante 24% do rival O ex-presidente teve uma queda pronunciada entre jovens de 25 a 34 anos (20% da amostra), indo de 49% para 42%, com o presidente passando de 31% para 37%. Algo semelhante se viu entre os que se declaram pretos (15%): Lula caiu nove pontos e Bolsonaro subiu sete, chegando ao placar ainda elástico para o petista de 51% a 26%.

Novidade nesta rodada, o avanço de Ciro e Tebet, empatados no limite da margem de erro, é um complicador para os planos de Lula. O pedetista cresceu mais fortemente entre jovens de 16 a 24 anos (14% dos ouvidos), indo de 8% para 15%, e entre os mais instruídos (24% dos entrevistados), passando de 6% para 13%.

Já a senadora, alvo de ataque machista de Bolsonaro no debate, viu sua intenção entre as mulheres subir de 1% para 6%, e teve entre mais instruídos e pessoas com mais de 60 anos (20%) seu melhor desempenho: 7%.

Abaixo dos dois, com 1%, vêm Soraya Thronicke (UB), Felipe D'Ávila (Novo) e Pablo Marçal (Pros, que ainda está com a candidatura sub judice). Não pontuaram Vera Lúcia (PSTU), Léo Pércles (UP), Sofia Manzano (PCB) e Constituinte Eymael (PDC), assim como Roberto Jefferson (PTB), que teve sua postulação impugnada nesta quinta.

Ciro e Tebet drenam votos de Lula e dos brancos e nulos declarados, que oscilaram de 6% para 4%. Continuam dizendo não saber em quem irão votar apenas 2%.

Os indecisos também caíram na pesquisa espontânea, indo de 22% para 15%. Nela, houve estabilidade na liderança: Lula com 40%, Bolsonaro com 29%.

Bolsonaro lidera a taxa de rejeição entre os eleitores, já que 52% declaram que não votariam nele de jeito nenhum. Lula é o segundo candidato mais rejeitado, com 39%.

No levantamento anterior, o presidente tinha 51% de rejeição, e o petista, 37%. Na terceira posição, está Ciro Gomes, com 24% de rejeição -ele tinha 25% na

pesquisa anterior.

Na série histórica do Datafolha, tendo como base as primeiras pesquisas feitas após o início do horário eleitoral na TV e rádio, Lula está no patamar de rejeição que tinha em 30 de agosto de 1994, de 38%, até então a mais alta registrada pelo petista nas cinco vezes em que disputou a Presidência.

Ele chegou ao final daquele pleito com 40% de rejeição. Em 9 de setembro de 2002, marcava 30% (29% ao final). Já em 22 de agosto de 2006, sua rejeição era de 26% (chegou a 30% no fim da eleição).

A convicção dos eleitores sobre o voto atingiu o maior patamar nas pesquisas Datafolha: 76% dos entrevistados já estão decididos sobre a escolha e 24% respondem que ainda podem mudar.

A certeza permanece ainda mais elevada entre os que optam por Lula e Bolsonaro: 83% dos que apoiam o petista se consideram totalmente decididos, e 84% dos que estão com o presidente se dizem certos da opção que fizeram.

A avaliação positiva do governo Bolsonaro está em tendência de alta. A pesquisa aponta que 31% da população considera seu governo ótimo ou bom, ante 42% que o avaliam como ruim ou péssimo. Há duas semanas, o placar estava em 30% a 43%. A taxa dos que classificam a gestão como regular estava em 26% e agora foi a 27%.

O índice positivo oscilou dentro da margem de erro, porém, olhando o histórico recente das pesquisas Datafolha, é possível notar uma sinalização de alta. Em junho, a taxa de ótimo/bom era de 26%, e em maio, de 25%.

Numericamente, esse é o mais alto índice do presidente desde janeiro de 2021. O teto de ruim/péssimo, de 53%, ocorreu nas pesquisas de setembro e de dezembro do ano passado.

Petista tem 53% no segundo turno, ante 38% do presidente

Num cenário de segundo turno entre Lula e Bolsonaro, o ex-presidente tem 53% dos votos, e o atual marca 38%, diz o Datafolha. Na pesquisa anterior, de 15 dias atrás, os percentuais eram de 54% e 38%, respectivamente. A vantagem do petista foi de 16 para 15 pontos.

É a menor diferença entre eles desde maio de 2021, quando o instituto fez a primeira pesquisa depois que Lula teve as condenações anuladas e voltou ao jogo eleitoral. A maior distância nas simulações de segundo

turno foi em dezembro de 2021, quando chegou a ser de 29 pontos (59% a 30%).

Segundo o Datafolha, 8% dos eleitores votariam em branco, anulariam ou não votariam em nenhum candidato se fosse confirmado o embate direto entre os dois favoritos; 1% não soube responder.

Na eventual batalha de segundo turno, Lula está à frente de Bolsonaro tanto entre homens quanto entre mulheres. No eleitorado masculino, ele registra 50% (ante 43% de Bolsonaro) e, no feminino, chega a 57% (ante 33% do rival). Parcela determinante da eleição, o eleitorado feminino corresponde a 53% do total.

O ex-presidente também vai bem entre pessoas de renda mensal familiar de até dois salários mínimos - 63%. Entre os que recebem mais de dez salários, a intenção de voto cai para 39%. Nessa parcela mais endinheirada, Bolsonaro vaia 52%. Na mais pobre, tem 29%.

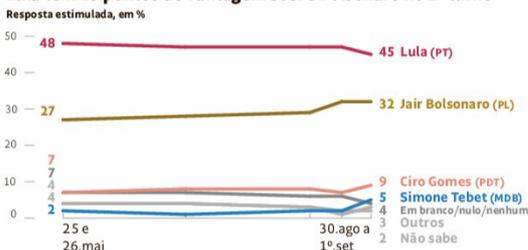
O mandatário abre distância entre os evangélicos, que somam 25% dos eleitores. Dentro dessa fatia, Bolsonaro obtém no segundo turno 55% dos votos (ante 39% do adversário). Entre católicos, o quadro se inverte: Lula tem 59%, e o rival, 32%.

**Site:**

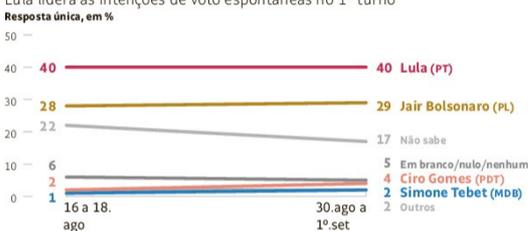
**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>**

**22**

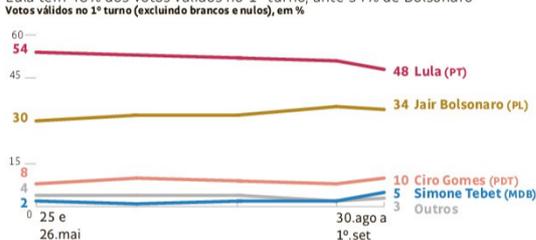
### Lula tem 13 pontos de vantagem sobre Bolsonaro no 1º turno



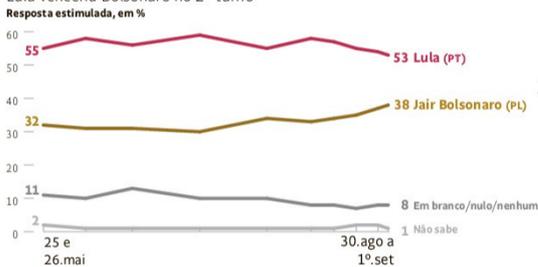
### Lula lidera as intenções de voto espontâneas no 1º turno



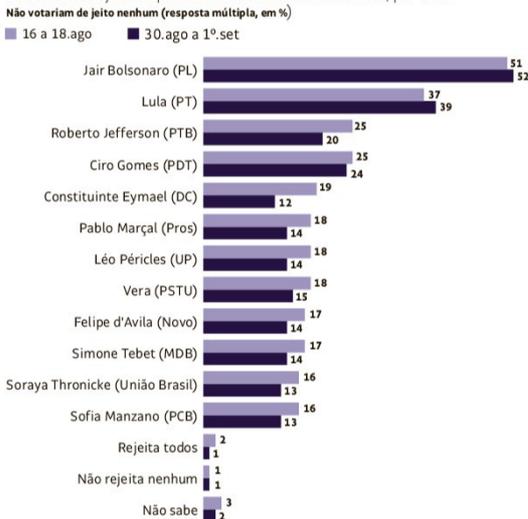
### Lula tem 48% dos votos válidos no 1º turno, ante 34% de Bolsonaro



### Lula venceria Bolsonaro no 2º turno

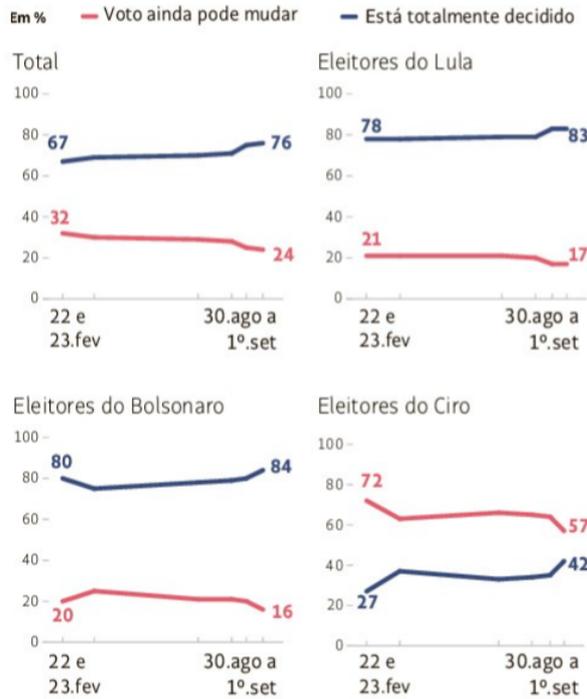


### Bolsonaro é rejeitado por 52% dos entrevistados e Lula, por 39%

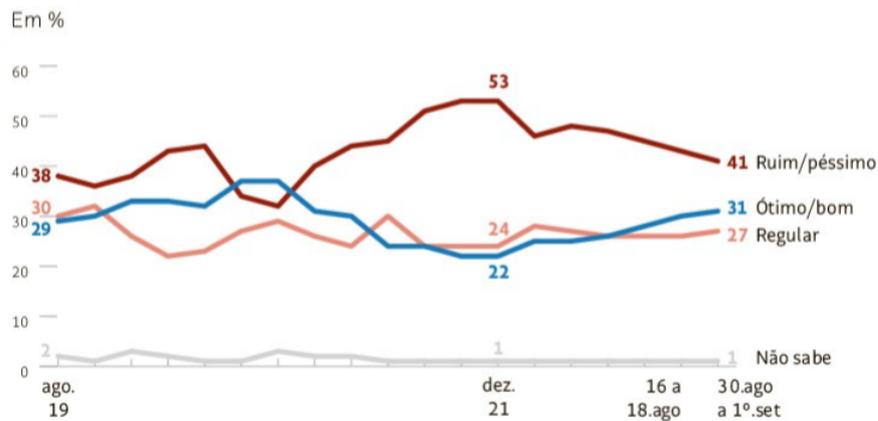


Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 5.734 pessoas de 16 anos ou mais em 285 municípios nos dias 30.ago a 1º.set; a margem de erro é de 2 pontos percentuais e o registro no TSE é BR-00433/2022

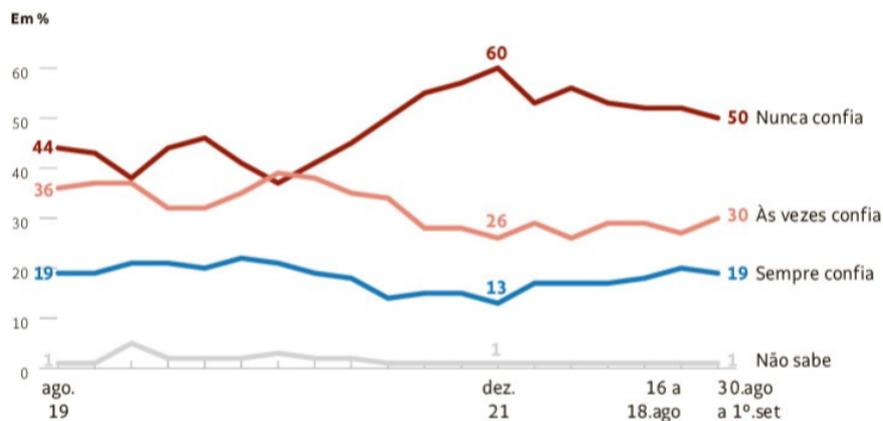
### 76% dos eleitores estão decididos sobre o voto



### Avaliação de Bolsonaro segue melhorando, mas ainda é a pior desde FHC



### 50% nunca confiam no que diz o presidente Jair Bolsonaro



Fonte: Pesquisa Datafolha presencial com 5.734 pessoas de 16 anos ou mais em 285 municípios nos dias 30.ago a 1º.set; a margem de erro é de 2 pontos percentuais e o registro no TSE é BR-00433/2022

# Governo corta 42% da Saúde na proposta de Orçamento 2023



**Idiana Tomazelli Thaísa Oliveira**

O governo Jair Bolsonaro (PL) enviou a proposta de Orçamento para 2023 com uma previsão de corte de 42% nas verbas discricionárias do Ministério da Saúde, usadas na compra de materiais, equipamentos e para investimentos.

Para cumprir o gasto mínimo assegurado pela Constituição, o Executivo vai depender das chamadas emendas de relator, instrumento usado como moeda de troca nas negociações com o Congresso.

Em 2023, a Saúde terá direito a R\$ 20,3 bilhões para despesas não obrigatórias, segundo a proposta divulgada pelo Ministério da Economia nesta quinta-feira (31). À primeira vista, o valor parece maior que os R\$ 17 bilhões iniciais indicados no envio do projeto de Orçamento de 2022.

No entanto, do montante previsto para o ano que vem, R\$ 10,42 bilhões estão numa reserva de emendas de relator, que costumam ser indicadas por parlamentares aliados do governo e dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Mesmo que sejam destinadas à Saúde, essas emendas não necessariamente contemplarão projetos estruturais da pasta. Em geral, as emendas de relator são usadas pelos congressistas para irrigar ações em seus redutos eleitorais.

Além disso, não há nenhuma norma legal que impeça os parlamentares de redirecionar a verba para gastos de outras áreas.

O valor a ser efetivamente controlado pelo Ministério da Saúde em 2023 está estimado em R\$ 9,84 bilhões - uma queda de 42,2% em relação aos R\$ 17 bilhões programados inicialmente para 2022.

Em nota, a pasta disse que a proposta do governo "observa rigorosamente a garantia do financiamento regular para as ações e serviços públicos de saúde" e que "acompanhará com atenção" as discussões do Orçamento no Congresso em busca de ampliação dos recursos.

Outros ministérios também tiveram cortes significativos em suas despesas discricionárias e vão depender de emendas de relator para manter seu funcionamento.

A maior tesourada recaiu sobre os gastos do Desenvolvimento Regional, que tem uma previsão de R\$ 2,2 bilhões para custeio e investimentos -uma queda de 48,2% em relação ao programado inicialmente para 2022, parcialmente compensada por R\$ 1,5 bilhão em emendas de relator. A segunda maior redução foi justamente na Saúde. O detalhamento foi divulgado nesta quinta-feira (1º).

A justificativa do Ministério da Economia é que a distribuição das emendas de relator entre os órgãos busca promover maior alinhamento entre a indicação desses recursos e as políticas públicas tocadas pelo Executivo.

A estratégia vem na esteira da decisão do Congresso de carimbar na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), uma etapa anterior à formulação do Orçamento, um volume maior para emendas parlamentares. O total a ser indicado por deputados e senadores chegou a R\$ 38,8 bilhões.

Já incluindo as emendas de relator, a despesa da Saúde que conta para o cumprimento do mínimo está prevista em R\$ 149,9 bilhões para o ano que vem, exatamente o mesmo valor do piso da área. Embora a cifra seja R\$ 15 bilhões maior do que o previsto para 2022, o mínimo também ficou maior.

Um estudo feito pelo Cosems-SP (Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo) aponta que o orçamento da Saúde tem ficado cada vez mais refém das emendas parlamentares -não

só de relator, mas também de bancada, e individuais.

Em reação ao domínio cada vez maior do Congresso sobre as verbas da área, o Ministério da Saúde vem ampliando, no governo Bolsonaro, a lista de ações que podem receber recursos de emendas. A estratégia acaba sendo uma maneira de ampliar o leque de programações aptas a absorver esses recursos, compensando os cortes.

Segundo o estudo, o número de áreas habilitadas passou de 4, em 2019 e em 2020, para 8 em 2021, chegando a 13 em 2022. Assim, o deputado ou senador pode escolher destinar o dinheiro a diferentes frentes, desde o combate às arboviroses, como a dengue e a zika, até a investimentos em saúde animal.

A assessora técnica do Cosems-SP, Mariana Alves Melo, afirma que a mudança dificulta o planejamento do SUS (Sistema Único de Saúde), uma vez que cada congressista tem autonomia para escolher de que forma o dinheiro deve ser aplicado.

"Há previsão constitucional para esse tipo de destinação, o problema é o agigantamento das emendas de relator no contexto de congelamento de recursos por causa do teto de gastos e de diminuição da transparência", diz.

Ela também ressalta que as emendas parlamentares de custeio não podem ser usadas para gastos com pessoal, um dos maiores desafios das prefeituras.

Um levantamento feito pela Associação Brasileira de Economia da Saúde aponta que a participação das emendas no Orçamento Federal destinado às Ações e Serviços Públicos de Saúde passou de R\$ 2,9 bilhões em 2014 para R\$ 16,9 bilhões em 2022.

O estudo do Cosems-SP afirma que a distorção foi causada pelo teto de gastos -que limita o crescimento das despesas à variação da **inflação**-, somado ao surgimento das emendas de relator e à decisão do Congresso que obrigou o governo federal a executar as emendas de bancada.

Em um panorama geral da proposta orçamentária, outros ministérios também tiveram cortes significativos em suas despesas de custeio e investimentos.

Sofreram reduções significativas também os ministérios de Minas e Energia (-35%), Comunicações (-30,8%), Economia (-28,3%), Turismo (-25,3%) e Ciência e Tecnologia (-20,9%).

Por outro lado, tiveram incremento em suas dotações previstas Cidadania (31,9%), Trabalho e Previdência (25,64%), Agricultura (16,3%), além de agências

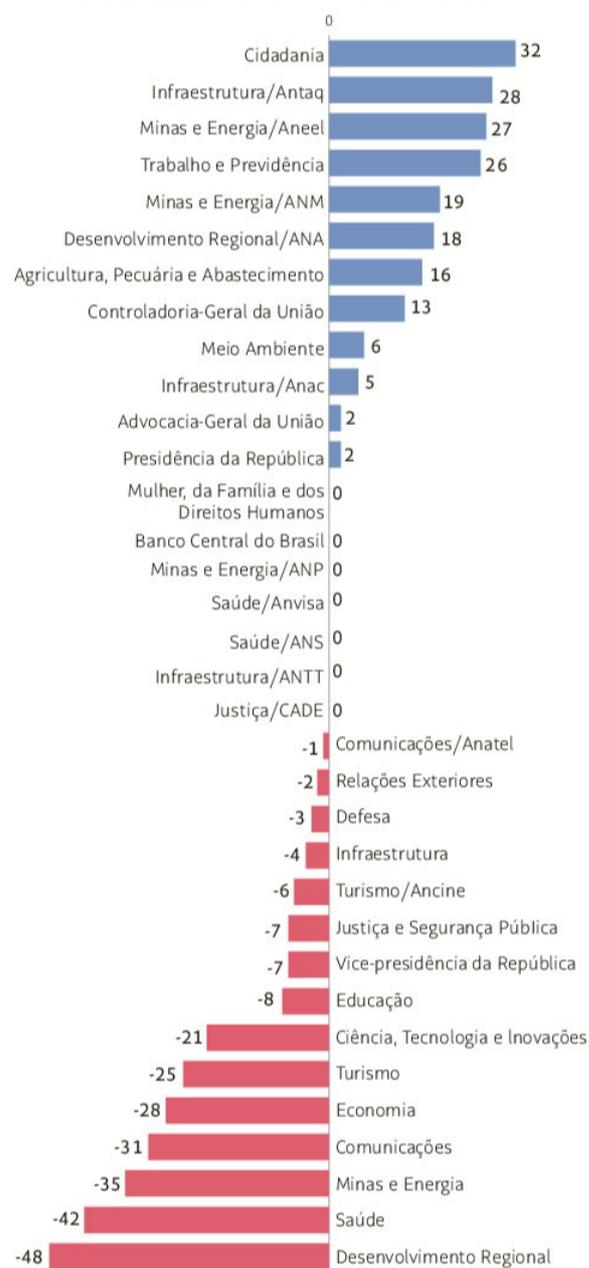
reguladoras. As comparações são sempre feitas com a proposta inicial de Orçamento para 2022.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022>**

### Varição do Orçamento por órgão do governo

Diferença entre as propostas de 2022 e 2023, variação em %



Reserva para emendas de relator

Em R\$ milhões



\*Reajuste de pessoal. Fonte: Ministério da Economia

# Governo quer incluir 804 mil famílias no Auxílio Brasil antes das eleições



O presidente Jair Bolsonaro ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, durante evento em Brasília. Foto: Lattes - 25.09.22/Polity.com

**Thiago Resende e Idiana Tomazelli** *brasilía*

O governo Jair Bolsonaro (PL) prepara a inclusão de mais 803,8 mil famílias no Auxílio Brasil a um mês das eleições. Com isso, o número de domicílios beneficiados deve subir para mais de 21 milhões em setembro.

Ampliar o alcance do programa social é uma das apostas do chefe do Executivo para melhorar seu desempenho eleitoral em um contexto de **inflação** elevada e aumento da pobreza e da fome. Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente conseguiu aprovar no Congresso uma elevação do benefício mínimo para R\$ 600 até o fim do ano, além de ter obtido espaço para levar o número de famílias contempladas a um patamar recorde.

Mesmo assim, o Auxílio Brasil temporário de R\$ 600 é visto como abaixo do necessário pela maior parte da população. Segundo pesquisa Datafolha, 56% dos eleitores a firmam que o valor é insuficiente.

A nova rodada de inclusão de famílias não foi explicitada pelo governo quando houve a negociação do espaço adicional no Orçamento com o Congresso Nacional por meio da PEC (proposta de emenda à Constituição) "das bondades". A proposta atropelou a legislação orçamentária e eleitoral para autorizar um furo no teto de gastos e uma ampliação de despesas sociais em meio à corrida presidencial.

Na época, as projeções iniciais indicavam que o número de atendidos chegaria a 19,8 milhões. Depois, a Caixa informou que a primeira leva de inclusões resultou em um público de 20,2 milhões de famílias contempladas pelo programa -um acréscimo de 2 milhões em relação ao público atendido anteriormente

à PEC, de cerca de 18 milhões.

O próprio governo calcula agora que a quantidade de beneficiários chegará a 21,6 milhões até o fim do ano. Isso significa, na prática, que a PEC abriu caminho para a inclusão de 3,5 milhões de famílias até dezembro.

A previsão foi feita pelo próprio Ministério da Cidadania e incluída, sem alarde, na exposição de motivos da MP (Medida Provisória) que abriu o crédito extraordinário de R\$ 26 bilhões para bancar a ampliação do programa no segundo semestre do ano.

"Deste total, 2.049.513 famílias seriam inseridas no programa imediatamente no mês de agosto e as outras 1.450.000 famílias terão acesso no decorrer dos meses subsequentes", diz o texto.

A estratégia permite ao governo manter a fila do Auxílio Brasil zerada durante a campanha eleitoral, uma vez que o número supera até mesmo a fila de espera reconhecida pelo Ministério da Cidadania -ela chegou a um pico de 1,6 milhão de famílias no mês de julho.

A PEC autorizava a inclusão das "famílias elegíveis na data de promulgação desta Emenda Constitucional", mas a pasta está adotando uma visão mais ampla do critério.

O texto foi promulgado em 14 de julho, mas quem foi habilitado depois dessa data está sendo incluído porque, no entendimento da Cidadania, elas já era elegível antes e sua habilitação ainda dependia da regularização do cadastro.

O aval dado pelo Congresso foi comemorado pela campanha de Bolsonaro -o programa social faz parte da estratégia de tentar reduzir vantagem de Lula na preferência de eleitores que recebem a transferência de renda.

A PEC permitiu elevar a verba do programa em 2022 para R\$ 114,5 bilhões, um recorde histórico. Desse total, já foram gastos R\$ 63,2 bilhões. Portanto, restam R\$51,3 bilhões para serem usados de setembro a dezembro.

Com esse valor, o Ministério da Cidadania consegue

atender a uma quantidade maior de famílias. Por isso, a pasta aprovou a documentação das 803,8 mil famílias extras, que devem entrar no programa a partir de setembro, segundo técnicos da pasta.

Procurado, o Ministério não respondeu sobre a previsão de inclusão de novos beneficiários no Auxílio Brasil em setembro.

O programa foi criado em novembro de 2021, após Bolsonaro extinguir o Bolsa Família -associado às gestões petistas- na tentativa de deixar uma marca própria na área social.

Desde então, aliados tentam ampliar o número de beneficiários para alavancar Bolsonaro nas pesquisas eleitorais.

A cobertura do programa era de aproximadamente 14,5 milhões em novembro do ano passado, quando o valor médio recebido por família era de R\$224.

Pouco depois, o número de famílias subiu para 18 milhões, e o valor médio subiu para R\$ 409,50 por mês.

Em agosto, após a aprovação da PEC, Bolsonaro conseguiu elevar o benefício para R\$ 607,88 por mês em média, contemplando 20,2 milhões de domicílios.

Apesar de uma melhora no desempenho do presidente, na esteira dos esforços do governo, Lula mantém a dianteira na preferência da população de baixa renda.

O petista tem 54% das intenções de votos no primeiro turno entre pessoas que recebem até 2 salários mínimos, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta. Bolsonaro tem 25% entre esses eleitores. Em agosto, o presidente tinha 23%, contra 55% de Lula - oscilação dentro da margem de erro.

A estabilidade é uma má notícia para Bolsonaro, já que essa pesquisa é a primeira em que é possível mensurar o efeito do pagamento do Auxílio Brasil de R\$600, cuja primeira parcela foi distribuída de 9 a 22 de agosto.

A campanha petista busca neutralizar o crescimento de Bolsonaro nesse segmento, ressaltando o que é apontado como caráter eleitoreiro do aumento do Auxílio Brasil, implementado pelo presidente apenas até o fim do ano.

Nesse sentido, aliados de Lula têm batido na tecla de que a proposta de Orçamento para 2023 foi enviada prevendo apenas o pagamento médio de R\$ 405, apesar das promessas do candidato à reeleição de

manter o piso de R\$ 600.

Em outra frente, a campanha de Bolsonaro admite que a aprovação do novo pacote chegou tarde. Aliados do presidente avaliam que a iniciativa será decisiva para que ele cresça nas intenções de voto, mas reconhecem a dificuldade de obter os dividendos eleitorais antes do primeiro turno.

Pesquisas feitas à época do pagamento do auxílio emergencial, por exemplo, mostraram que Bolsonaro só atingiu o ápice da popularidade no quarto mês de pagamento do benefício, que na primeira rodada podia chegar a R\$ 1.800 por família.

Caso esse cenário se repita, a tendência é que os pagamentos turbinados do Auxílio Brasil só tenham efeito pleno entre o primeiro e o segundo turno das eleições, segundo a campanha do presidente.

Autoridades fala em prorrogar emergência

O presidente Jair Bolsonaro e o ministro Paulo Guedes falaram nesta quinta (1º) em prorrogação do estado de emergência e decretação de um estado de calamidade para permitir o pagamento de um Auxílio Brasil de R\$ 600 no próximo ano.

A taxaço de lucros e dividendos também foi citada por ambos como outra possibilidade para custear o benefício, que não está previsto nesse valor no Orçamento enviado pelo governo ao Congresso nesta quarta (31). A empresários o ministro também disse que o governo foi o responsável pelo auxílio emergencial de R\$ 600 no início da pandemia.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022>

# Dólar amplia alta histórica no mundo e vai a R\$ 5,23 no país

**Clayton Castelani**

Investidores intensificaram a corrida por ativos ligados ao dólar nesta quinta-feira (1º) e levaram a moeda americana a renovar a maior alta mundial em duas décadas. Preocupações com ameaças ao crescimento das principais economias do planeta estimularam a busca pela segurança dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos.

O índice DXY, que compara o dólar às principais moedas, avançou aos 109,7 pontos, maior patamar para um fechamento diário desde junho de 2002.

Contaminada pelo mau humor externo, a taxa de câmbio brasileira avançou 0,71%, com o dólar comercial cotado a R\$ 5,2380. Na variação máxima do dia, chegou aos R\$ 5,2580.

Entre as moedas fortes que tombaram em relação ao dólar nesta quinta, a libra esterlina atingiu a menor cotação desde 1985. A divisa do Reino Unido fechou o dia valendo US\$ 1,1534, com queda de 0,78% frente ao dólar. No mercado de câmbio brasileiro, a libra caiu 0,47%, cotada a R\$ 6,0021.

Desde a semana passada reverbera nos mercados a fala do presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) durante o simpósio de banqueiros centrais.

Jerome Powell afirmou que os americanos estão caminhando para um período doloroso de crescimento econômico lento e possivelmente aumento do desemprego.

Essa expectativa de baixo crescimento se deve à intenção do Fed de manter a política de elevação agressiva da sua taxa de juros. Os Estados Unidos buscam restringir o crédito para frear a maior **inflação** no país em quatro décadas.

Nesta sexta-feira (2), a divulgação do relatório de vagas de trabalho tende a provocar mais volatilidade. "O mercado de trabalho forte é um risco para a **inflação**", comentou Leandro Petrokas, sócio da casa de análise Quantzed.

Situação semelhante ocorre na Europa, onde o Banco Central Europeu também iniciou um processo de

elevação de juros para conter a **inflação**.

A Europa ainda enfrenta a ameaça de ficar sem o abastecimento do gás da Rússia durante o inverno.

Na China, a economia também dá sinais de desaceleração enquanto Pequim segue paralisando atividades para combater o avanço da Covid, contribuindo para uma forte queda do petróleo.

Referência para os preços da matéria-prima bruta, o barril do petróleo Brent despencava 4,61%, a US\$ 92,04 (R\$ 478,61), no fim da tarde desta quinta.

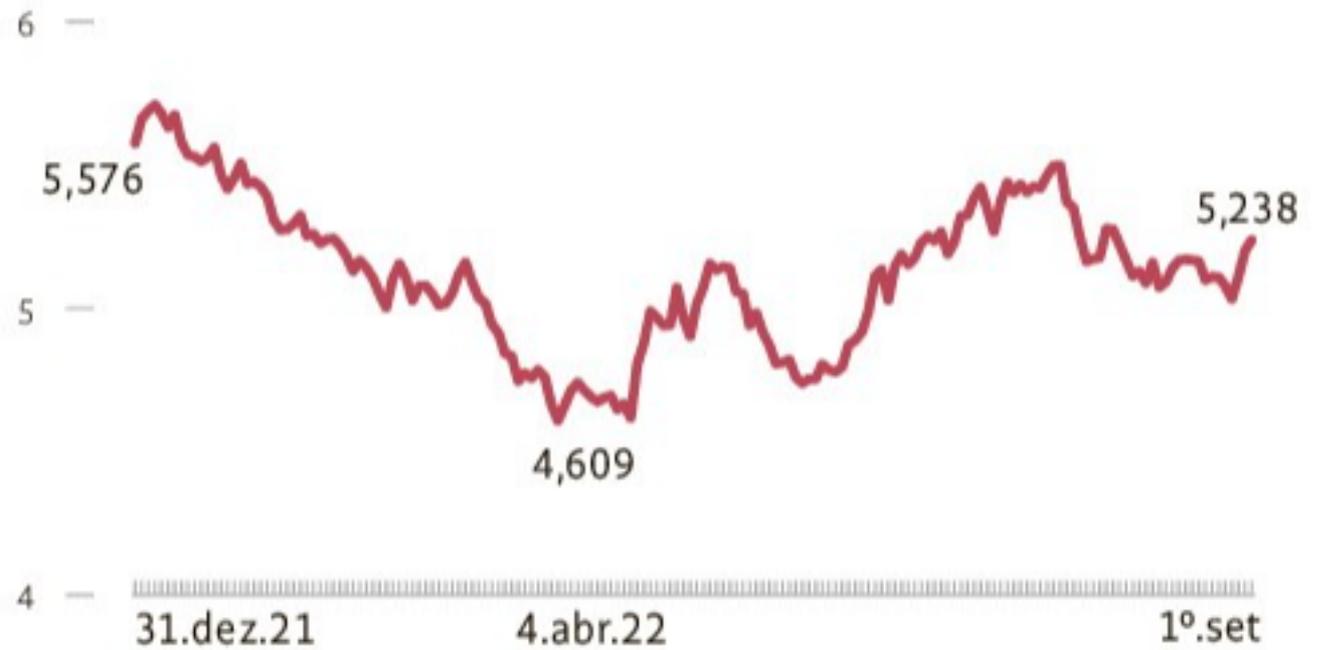
"A demanda por petróleo do mundo ocidental, assim como a da China, está estagnada, enquanto a oferta está se expandindo de forma incremental, em grande parte devido ao xisto dos EUA", disse Norbert Rucker, analista da Julius Baer, para a agência Reuters.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022>

## Dólar em 2022

Em R\$



Fonte: CMA

# Expansão ou contração fiscal em 2023? - NELSON BARBOSA

**NELSON BARBOSA**

O governo apresentou seu Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 e agora nós economistas podemos fazer considerações com base nas projeções oficiais.

O anúncio me lembrou o ano passado, quando o governo Bolsonaro também elaborou um PLOA com previsão de grande contração fiscal e depois voltou atrás, aumentando o gasto substancialmente via duas propostas de emenda constitucional, uma no final de 2021 e outra no meio deste ano.

A diferença entre os PLOA de 2022 e 2023 é que hoje o teto de gastos está tão desacreditado que não houve secretário do Tesouro pedindo demissão porque o governo furaria o teto. Melhor assim, pois governo não é lugar para ideólogos, mas vamos aos números.

Segundo as previsões oficiais, mantido o atual teto de gasto, a despesa primária da União cairá de 18,9% do **PIB**, neste ano, para 17,6% do **PIB**, em 2023. Haveria, portanto, uma contração de 1,3 ponto percentual (pp) no gasto do próximo ano, mas nem a equipe de Guedes acredita nisso.

O atual governo e o principal candidato de oposição, Lula, já anunciaram que manterão o orçamento de transferência de renda no valor equivalente a um benefício de R\$ 600 por mês. A medida implica pelo menos mais 0,5 pp de gasto em 2023. Acho que será mais, pois há fila para receber o auxílio, mas vamos com o número oficial.

Em segundo lugar, atualmente o investimento da União está em 0,3% do **PIB** e não consegue manter a infraestrutura existente. De acordo com números do próprio governo, é preciso 0,5% do **PIB** para repor a depreciação do estoque de capital público federal.

Elevar o investimento para cobrir a depreciação e retomar alguns projetos implicará gasto adicional de pelo menos 0,5 pp do **PIB** em relação ao previsto no PLOA 2023. Somando este valor à manutenção do Auxílio Brasil mencionada acima, o gasto primário federal subiria para 18,6% do **PIB** no próximo ano.

Terceiro, dado que os orçamentos de saúde, educação, ciência e tecnologia também estão sendo

comprimidos, caso o próximo governo queira voltar a investir no futuro do Brasil (tomara que sim), teríamos outros 0,5 pp de despesa primária adicional, elevando o total para 19,1% do **PIB**.

Antes que alguém grite "gastança", lembro que a despesa deste ano será 18,9% do **PIB**. Traduzindo do economês, um gasto de 19,1% em 2023 parece muito em relação à proposta irrealista do PLOA feito por Bolsonaro, mas é praticamente neutro em relação ao valor praticado por Bolsonaro neste ano.

Há outras pressões? Sim e na semana passada apontei outras fontes de aumento de despesa. Uma vez anunciados os números oficiais, apenas lembro que o gasto necessário para começar a recompor salários de servidores e fazer concursos é muito maior do que o anunciado no PLOA 2023.

E para fechar o quadro fiscal, temos dois grandes riscos para 2023: o eventual pagamento dos precatórios atrasados por Bolsonaro e a compensação, da União aos estados, pela redução do ICMS sobre combustível.

As duas coisas dependem de decisão do STF e, se nossos ministros-juizes resolverem encerrar o imbróglio rápido, isto pode resultar em mais 1 pp de gasto, elevando a despesa total para algo próximo de 20% do **PIB** em 2023.

Passando ao resultado primário, a provável expansão do gasto em 2023 implica um déficit maior do que o projetado no PLOA, mas o efeito não é um para um, pois parte do aumento do gasto volta ao governo via arrecadação. Fazendo as contas, o déficit primário de 2023 deve ficar entre 1% e 2% do **PIB**, sem incluir a eventual decisão do STF sobre os papagaios criados por Bolsonaro.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022>

# Agora é a agropecuária, por fatores climáticos, que inibe evolução do PIB

**Mauro Zafalon**

A agropecuária continua inibindo o crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro. Forte propulsor da economia nos anos anteriores, o setor começou a ter sérios problemas com quedas de produtividade e de produção, devido a fatores climáticos.

No ano passado, milho e café tiveram intensas perdas por seca e geadas. Neste ano, foi a vez da quebra de produção de soja, o principal cultivo nacional, também devido a fatores climáticos, principalmente os registrados na região Sul do país.

O **PIB** agropecuário do segundo trimestre deste ano teve uma retração de 2,5%, em relação a igual período de 2021. Nos últimos quatro trimestres, em comparação aos quatro imediatamente anteriores, a desaceleração acumulada atinge 5,5%.

Neste ano, dois dos importantes produtos que pesam na formação do **PIB** brasileiro da agropecuária tiveram retração na safra. A soja, que representa 45% do volume total de grãos que o país colhe, teve uma perda de pelo menos 20 milhões de toneladas.

A produção nacional ficou em 119 milhões de toneladas, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), bem abaixo do potencial estimado inicialmente, que era de 140 a 144 milhões.

Nos cálculos do IBGE, a retração na colheita deste ano, em relação à de 2021, foi de 12%.

A safra de arroz, também afetada pela seca, caiu para 10,6 milhões de toneladas, 8,5% abaixo do volume de 2021. A safra do Rio Grande do Sul, maior produtor nacional, e que tem lavouras irrigadas, perdeu produtividade devido à falta de chuva.

O **PIB** agropecuário deste ano teve a seu favor, neste segundo trimestre, o milho e o café. Após uma intensa queda na segunda safra do ano passado, a de inverno, o cereal foi semeado no tempo ideal e não teve a influência negativa do clima como em 2021.

Os dados mais recentes do IBGE indicam uma produção total de milho de 112 milhões de toneladas neste ano, 27% a mais do que em 2021. A produção da segunda safra será 38% superior.

A produção de café cresce 8,6%, impulsionada principalmente pela evolução de 9,6% no volume do produto tipo arábica. A colheita total de cafés arábica e conilon deverá atingir 3,2 milhões de toneladas, segundo o IBGE.

O **PIB** da agropecuária do segundo trimestre foi afetado também pela redução na produção de leite. Custos elevados e redução de investimentos pelos produtores provocaram uma oferta menor de produto no mercado.

A agropecuária acumula queda de 5,4% no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período de 2021. Para este segundo semestre, no entanto, alguns fatores positivos vão reduzir essa taxa de queda.

Além das evoluções das safras de milho e de café, que avançam por esse período do ano, a safra de trigo é recorde, e o cereal deverá atingir, pela primeira vez, 10 milhões de toneladas. O IBGE estima um aumento de 24% no volume a ser produzido neste ano.

As áreas de plantio não tiveram grandes alterações, mas o comportamento das produtividades são essenciais para o desempenho no **PIB**. Neste ano, a soja perdeu 16% no volume produzido por hectare; e o arroz, 6%. Já o café teve alta de 7%; o milho, de 16%; e o trigo, de 14%.

A supersafra de 308 milhões de toneladas, esperada para 2023, poderá devolver novo ritmo ao **PIB** do setor. Isso se o clima não voltar a interferir na produção, como fez com o milho em 2021 e com a soja neste ano.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022>

# Os órfãos da pandemia de Covid-19 - JULIO ABRAMCZYK

**JULIO ABRAMCZYK**

Com a redução da intensidade na disseminação da Covid-19 recentemente, a repercussão da pandemia começa a ser reavaliada.

Estudo publicado na revista Plos - Global Public Health por Callum Lowe e colaboradores da Universidade Nacional da Austrália analisa uma das consequências da explosão da virose em vários países: os órfãos da pandemia.

Em 10 de dezembro estavam registradas 5.285.888 mortes pelo coronavírus em todo o mundo. Com base em uma calculadora de orfandade por Covid-19, a equipe descobriu que o risco de uma criança ficar órfã era muito maior em países com **PIB** (Produto Interno Bruto) abaixo da média (1,56 órfão por morte por Covid-19) em comparação com países ricos (0,09 órfão por morte por Covid-19).

Essa diferença mostra mais crianças órfãs em Angola por morte de adultos pela pandemia do que na Austrália. Isto é, o aumento do número de órfãos está associado à maior prevalência de pobreza no país.

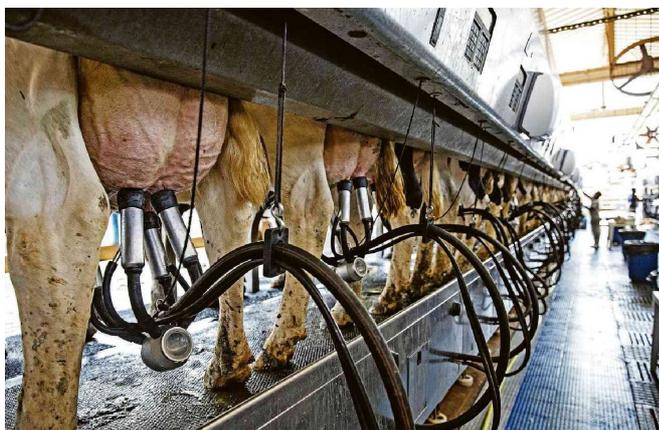
Um dos principais fatores que reforçam a possibilidade de as crianças perderem seus pais é a dificuldade no acesso às vacinas contra a Covid-19.

No Brasil, Ana Amélia Camarano, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), alertava em 2020 na revista Ciência Saúde Coletiva a tendência esperada de mortes e desemprego, mesmo após a pandemia, com grande impacto nas famílias. Em seu estudo, a autora mostra o impacto da morte precoce de idosos, principalmente dos que são responsáveis financeiros da família.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022&anchor=6462461&pd=38207b82757a25714af063ae1b927bd7>

# Preço do leite aumenta 12% em agosto no campo e tem recorde



O leite nunca esteve tão caro no campo como neste início de segundo semestre. A matéria-prima entregue pelo produtor para a indústria, em julho, cujo pagamento é realizado em agosto, subiu para R\$ 3,57 por litro, conforme uma média de valores de sete estados produtores.

Em relação a julho, o aumento real foi de 11,8%. Em alguns estados, como ocorreu no Espírito Santo, que não está na média dos sete, a evolução do mês chegou a 20,7%, segundo dados do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada).

Com essa alta de agosto, o preço médio do leite registra o maior patamar, em termos reais, desde 2004, quando a entidade iniciou a pesquisa. Apenas neste ano, o leite já acumula uma evolução real de 60,7%.

Com tanta aceleração no campo, o aumento chega ao bolso dos consumidores. O IGP-M da FGV do mês incluiu o leite como um dos principais fatores de alta da **inflação** no atacado. O leite "in natura" subiu 13%, e o longa vida, 9,27% no mês.

A alta dos preços ocorre devido a uma baixa disponibilidade de produto no mercado. Essa queda na oferta está relacionada a mudanças de comportamento dos produtores e à forte seca do período.

Com custos elevados, houve menos investimentos por parte dos produtores nos últimos anos e, conseqüentemente, queda na oferta, segundo Natália Grigol, pesquisadora do Cepea.

A produção está abaixo do esperado, e a disputa pelo

produto entre as indústrias leva os preços para esse valor recorde.

O cenário, porém, muda a partir de setembro, segundo a pesquisadora. Os preços subiram demais, a demanda caiu, e os valores do leite já estão se acomodando no varejo. Com isso, as indústrias vão pagar menos pelo produto no campo.

Além disso, a alta acelerada dos preços e um recuo no custo da ração levaram os produtores a retomar a produção. O quadro de oferta pode ter uma melhora ainda maior porque o retorno das chuvas desenvolve mais as pastagens.

Demanda enfraquecida, importações crescentes -em julho aumentaram 27%- e recuperação da produção no campo vão provocar uma forte queda nos preços no campo em setembro, segundo a pesquisadora do Cepea.

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) minimiza a fome no Brasil, o democrata Joe Biden, presidente dos Estados Unidos, um dos países mais ricos do mundo, terá uma intensa agenda para discutir a fome naquele país.

A intenção dos americanos é eliminar por completo a insegurança alimentar da população até 2030. O último evento semelhante a este foi realizado há 50 anos no governo do republicano Richard Nixon.

A gripe aviária que atinge os Estados Unidos chegou ao estado da Califórnia. Já são 414 focos da doença espalhados por 39 estados, afetando um total de 40,4 milhões de aves.

A exportação de soja somou 5,3 milhões de toneladas em agosto, segundo balanço da Anec (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais). No mesmo período, o país embarcou 1,9 milhão de toneladas de farelo de soja.

A saída de milho tem ritmo bem mais acelerado neste ano, uma vez que a safra foi boa. Em agosto, foram 7,1 milhões de toneladas do grão exportadas, bem acima dos 4,2 milhões de igual período do ano passado.

No acumulado, o milho já atinge 19,2

milhões de toneladas exportadas. Durante todo o ano passado, foram 20,6 milhões de toneladas. Somando os volumes de soja, farelo, milho e trigo, já saíram 103 milhões de toneladas de grãos pelos portos brasileiros neste ano, segundo a Anec.

ritmo forte No primeiro semestre deste ano, o grupo Syngenta teve vendas mundiais de US\$ 18,1 bilhões (R\$ 95 bilhões, na cotação atual), 25% a mais do que foi comercializado no ano passado.

PRESENÇA DO BRASIL AS Vendas de produtos de proteção à safra aumentaram 72% neste ano na América Latina, em relação a 2021. Esse percentual é bem superior aos 32% da China, aos 16% dos Estados Unidos e aos 8% da Europa.

em busca... Após um período de forte queda na produção, os gaúchos esperam uma colheita de 20,6 milhões de toneladas de soja, 124% a mais do que a quantidade que colheram neste ano.

...DA RECUPERAÇÃO Os dados são da Emater/RS, que previu uma safra de 6,1 milhões de toneladas de milho, 105% a mais do que na anterior, que também foi afetada pela seca.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50022&anchor=6462461&pd=38207b82757a25714af063ae1b927bd7>**

# Orçamento de Bolsonaro para 2023 asfixia Casa Verde Amarela - COLUNA DO ESTADÃO



sucessor do Minha Casa, Minha Vida, criado no governo do rival Lula (PT), corre o risco de morrer de inanição. O Ministério do Desenvolvimento Regional pediu R\$ 653 milhões para o programa, recebeu R\$ 34 milhões. Toda a área voltada à habitação do governo federal, que roda ao custo de R\$ 80 milhões por mês, recebeu como orçamento para todo o ano que vem R\$ 82 milhões. "Obras que foram paradas por falta de pagamento na época da Dilma (Rousseff) correm o risco de parar de novo", afirma o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, José Carlos Martins.

**CIMENTO.** O representante dos empresários lamenta o corte, que pode inviabilizar o setor. Dados do **PIB** divulgados nesta quinta (1.º), celebrados por ministros de Bolsonaro, mostram que a construção civil cresceu 10,5% nos últimos 12 meses.

**I CORTA.** A tesoura atingiu até o financiamento de moradias para a baixa renda, que chega ao Congresso zerado. Grandes empresas como a MRV atuam nesse segmento. Técnicos do governo dizem que lançamentos do Casa Verde Amarela previstos para este ano - até a eleição - poderão ser suspensos.

**I HORA EXTRA.** Para manter no ar a propaganda com Michelle Bolsonaro, a campanha do presidente argumentou que a primeira-dama não atuou como apoiadora, mas como apresentadora do filme. Segundo os advogados, ela se dispôs "graciosamente" a difundir algo de que se orgulha.

A tese não convenceu o TSE.

**I SEMPRE...** O PL, partido de Bolsonaro, já tem cenários para o caso de uma vitória de Lula (PT) na eleição. A sigla espera eleger cerca de 60 deputados federais. Destes, 20 são considerados "bolsonaristas raiz".

**I ...ALERTA.** Em caso de vitória do PT e uma reorientação do PL, que é do Centrão e que por isso mesmo nunca fica longe do governo, a sigla calcula que pode perder parte desses parlamentares.

Não é problema. O que vale para contabilizar o fundo



**ANDREZA MATAIS - MARCELO DE MORAES**

Não foi apenas o Auxílio Brasil a R\$ 600 que ficou de fora da proposta orçamentária de Jair Bolsonaro para 2023 entregue ao Congresso. O Casa Verde Amarela,

eleitoral e o tempo de TV é o número da bancada eleita.

O PL, de Valdemar Costa Neto, prevê fazer a segunda maior bancada, só atrás do PT.

I SOLO. Após aparições junto com Lula no início da campanha, Geraldo Alckmin inicia uma fase de compromissos solo.

Ele deve ir à região do agronegócio de Minas e, nesta sexta, começa a circular pelo interior paulista com Fernando Haddad (PT).

I PLATEIA. Provocado pelo empresário Flávio Rocha, da Riachuelo, Fernando Haddad classificou como "exagerada" a operação da PF contra empresários que falaram em golpe no WhatsApp em caso de vitória de Lula.

I AR. "Chegamos num clima de tensão preocupante. Nós estamos perdendo a confiança de que este país é livre, de que este país é democrático, de que ninguém vai usurpar poder. E, quando você vai perdendo a confiança, começa a tomar atitudes exageradas, preventivamente ou não", disse. Haddad também criticou quem financia fake news.

PRONTO, FALEI!

Andrea Matarazzo Candidato ao Senado na Itália "Desses 27 anos (do governo de SP) que você pintou como catastróficos, 15 foram com Alckmin, o vice de vocês", disse, em provocação a Fernando Haddad (PT).

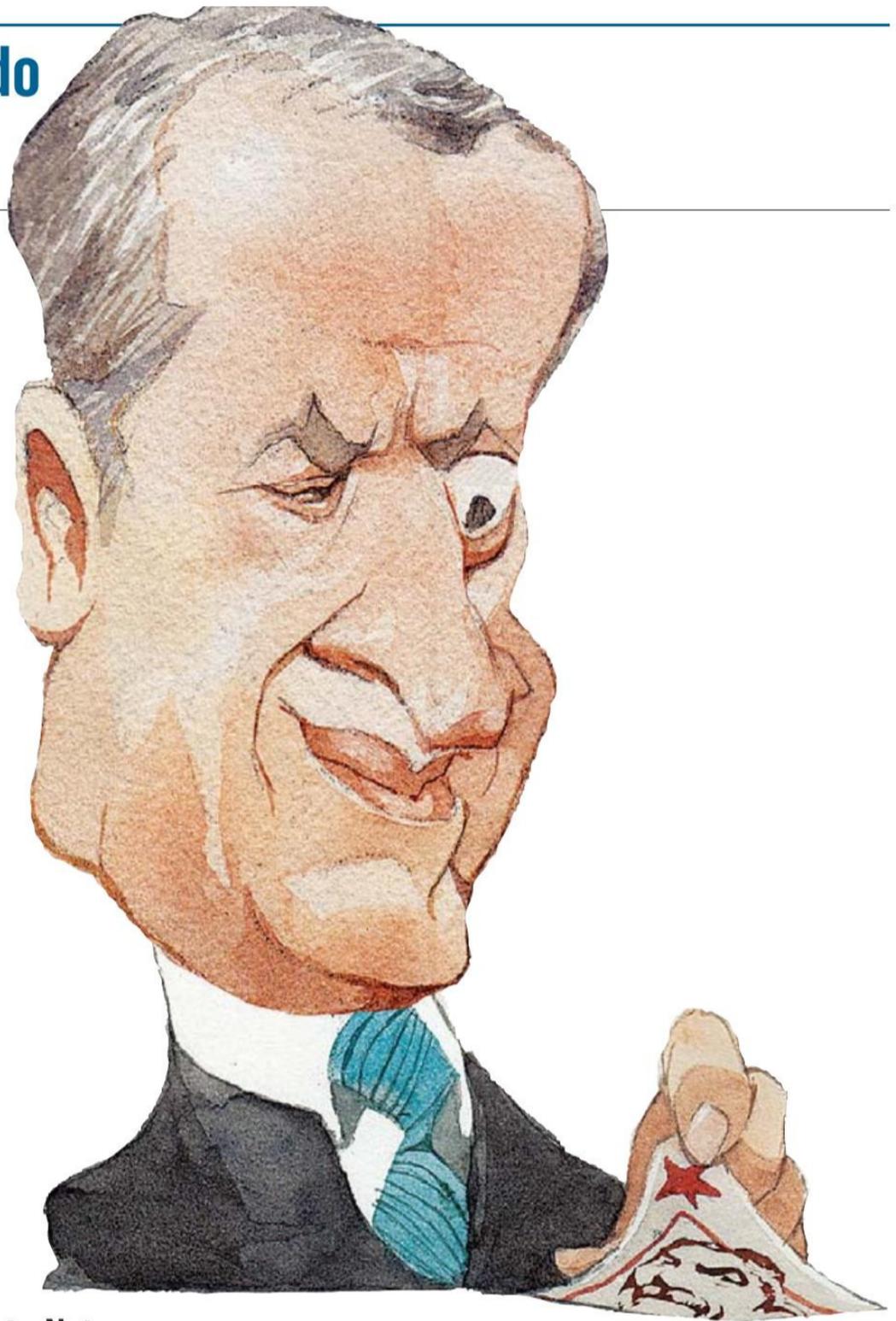
CLICK Eduardo Leite (PSDB) Candidato ao governo do RS Ao lado da presidenciável do MDB, Simone Tebet, fez campanha na Expointer, evento agropecuário em Esteio, no interior do Estado.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## Coluna do Estadão

### SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



Valdemar Costa Neto

# A resistência da economia brasileira (Editorial)

A capacidade de reação da economia brasileira chega a surpreender. O crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 1,2% no segundo trimestre do ano na comparação com o trimestre anterior, constatado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra a força e a intensidade com que o País conseguiu enfrentar os imensos problemas que se acumularam desde o início da pandemia e os novos que o cenário mundial trouxe. É uma grande prova de resiliência. É também um elemento precioso para alimentar o discurso ufanista com que o presidente Jair Bolsonaro tenta impulsionar sua campanha pela reeleição, hoje fortemente ameaçada por outra candidatura.

Afinal, na hipótese - pouco provável, ressalte-se - de repetição desse desempenho ao longo de quatro trimestres sucessivos, o crescimento em 12 meses alcançaria 4,9%.

O governo Bolsonaro comemora esses números. Além da expressiva expansão do **PIB**, melhoram os principais indicadores do mercado de trabalho e a **inflação** dá sinais de recuo. A área técnica do governo garante que, "desde 2021, a economia brasileira demonstra capacidade de sustentar a retomada da atividade após choques adversos, como a pandemia e a elevação histórica da **inflação** mundial".

Os números divulgados pelo IBGE são, de fato, auspiciosos. O crescimento é generalizado. O setor de serviços teve alta de 1,3%; a indústria, de 2,2%; e a agricultura, de 0,5%. Na comparação com o segundo trimestre de 2021, o aumento do **PIB** no período abril-junho de 2022 foi de 3,2%. No acumulado dos quatro trimestres terminados em junho de 2022, a expansão foi de 2,6%.

No ano, a alta é de 2,5%.

Ao mesmo tempo que é preciso ressaltar o impacto positivo da evolução recente da economia, é necessário examinar as razões da melhora e, em especial, avaliar sua resistência. A expansão do **PIB** decorre principalmente da gradual normalização de atividades que haviam sido fortemente comprimidas no período mais difícil da pandemia, como os serviços. Havia uma grande demanda reprimida por serviços, sobretudo os presenciais, em razão da necessidade de redução de aglomerações e contatos pessoais

durante a pandemia.

Assim, do lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 5,3% na comparação com o resultado de 2021.

Também a recuperação do mercado de trabalho fez crescer a demanda por serviços e bens em geral. Por fim, medidas do governo Bolsonaro em favor das pessoas de baixa renda, entre as quais a antecipação do pagamento do 13.º de aposentados e pensionistas e a liberação de saques do FGTS, igualmente impulsionaram a demanda.

É possível que o impacto dessas medidas sobre a evolução do **PIB** já tenha se esgotado ou se torne bem menos intenso doravante. Parte da perda pode ser compensada pelo aumento do valor do benefício do Auxílio Brasil, de R\$ 400 para R\$ 600, que vale até dezembro.

Outros fatores, porém, podem ter efeito mais relevante nos próximos meses.

Um deles, a alta contínua pelo Banco Central da taxa básica de juros, a Selic, será mais sentido daqui para a frente. A alta é expressiva: a Selic, hoje fixada em 13,75% ao ano, estava em 2% ao ano até março do ano passado. Mesmo reconhecendo a melhora no cenário inflacionário, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse há pouco que "muito do que a gente fez (na condução da política monetária) ainda não tem efeito na economia".

Por isso, afirmou, "não podemos baixar a guarda".

Apesar da frequente revisão para cima das projeções para o crescimento do **PIB** em 2022, Campos advertiu para a necessidade de "olhar a continuidade desse processo". Há desaceleração da economia mundial e a **inflação** continua alta nos principais países. No plano interno, a política fiscal é marcada por medidas populistas ou destinadas a beneficiar aliados do governo, e a proposta de Orçamento para 2023 sintetiza a irresponsabilidade na gestão do dinheiro público. E a taxa de investimentos, que garante o crescimento futuro, embora venha subindo, é muito baixa (18,7%) se comparada com a de outros países em desenvolvimento.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasileiro é preso após apontar arma contra Cristina Kirchner

A polícia argentina prendeu ontem um homem que tentou atirar na vice-presidente Cristina Kirchner na porta de sua casa em Buenos Aires. O suspeito foi identificado pelo jornal Clarín como Fernando Andrés Sabag Montiel, um brasileiro de 35 anos de idade. Um vídeo registra o momento em que alguém aponta uma arma para a cabeça da vice-presidente e rapidamente é detido.

A tentativa de atirar contra a vice-presidente argentina aconteceu no momento em que Kirchner se aproximou da militância que estava de vigília diante de sua casa na Recoleta, bairro nobre da capital.

**TENSÃO.** Nos vídeos, é possível ver que Cristina se abaixa no momento que a arma é apontada.

No mesmo instante, seguranças conseguem segurar o suspeito, identificado como Montiel. Ele é motorista de aplicativos e tem um Chevrolet Prisma registrado em seu nome.

O Ministro de Segurança da Argentina, Aníbal Fernández, confirmou ao jornal Clarín que o detido portava uma pistola.

Segundo Fernández, ele já havia sido detido anteriormente, em março, por contravenção e porte de arma não convencional.

Na ocasião, o brasileiro foi preso com uma faca e declarou que era para sua defesa pessoal, segundo fontes de segurança.

"Agora a situação tem de ser analisada pelos peritos da polícia científica, para avaliar pistas e os motivos que tinha essa pessoa", afirmou o ministro.

A casa de Cristina, no bairro da Recoleta, na zona norte de Buenos Aires, vinha sendo alvo de uma vigília de militantes kirchneristas desde que o Ministério Público argentino pediu sua condenação por corrupção, no mês passado, a 12 anos de prisão e a perda de direitos políticos. Ela alega inocência.

A vice-presidente é processada pelos delitos de associação ilícita agravada e administração fraudulenta agravada, mas tem imunidade política por ser vice-presidente da Argentina e presidente do Senado. A expectativa é a de que ela seja julgada por

esse caso no fim do ano.

**PROCESSOS.** Cristina é acusada, juntamente com outras 12 pessoas, de supostamente ter orientado a atribuição de licitações de obras públicas na Província de Santa Cruz, seu berço político, em favor do empresário Lázaro Báez, contra quem os promotores também pediram 12 anos de prisão e apreensão de seus bens. Os pedidos de sentença variaram de 2 a 12 anos de prisão. A pena máxima para esses crimes é de 16 anos.

Ao sair do apartamento todos os dias antes de ir despachar no Senado (na Argentina o vice-presidente comanda a Casa), Cristina saúda todos os dias seus aliados que ali a esperam.

Ela repete o gesto à noite, quando retorna.

Os partidários de Cristina organizaram a vigília depois que alguns opositores da líder peronista terem se dirigido a seu apartamento para protestar.

Na ocasião, centenas de manifestantes estenderam bandeiras argentinas, fizeram apitaços e panelaços celebrando o pedido de condenação, cantando slogans hostis à vice-presidente.

**REAÇÕES.** Apesar da tensão política, líderes de oposição condenaram a violência. "A Justiça deve esclarecer imediatamente o que houve. Isso é gravíssimo.

A democracia exige paz. Não à violência", disse o líder da União Cívica Radical, Mario Negri. "Condeno e repudio categoricamente o atentado contra a vice-presidente." A Argentina vive uma grave crise econômica, com disparada da **inflação**, que deve chegar a 90% ao ano, e escassez de dólares.

A crise derrubou a popularidade do presidente, Alberto Fernández, aliado de Cristina.

Nos últimos dois meses, o país teve três ministros da Fazenda.

| EFE, AP e AFP

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Consumo tem avanço recorde, mas não supera oito anos de estagnação

**DANIELA AMORIM VINICIUS NEDER RIO / COLABORARAM ISABELA BOLZANI E CÍCERO COTRIM**

O processo de retomada após a pandemia levou o consumo das famílias a atingir, no segundo trimestre, novo nível recorde, ao crescer 2,6% ante os três primeiros meses do ano. A variação foi impulsionada por uma demanda reprimida por causa da pandemia de covid-19, mas teve o apoio também de uma melhora no mercado de trabalho e de medidas do governo para incrementar a renda das famílias.

Apesar de positivo, o avanço devolveu o consumo das famílias para nível pouco superior ao do quarto trimestre de 2014, revelando uma economia estagnada ao longo de oito anos - o Produto Interno Bruto (**PIB**) agregado ainda está 0,3% abaixo do nível máximo, do primeiro trimestre de 2014.

Segundo Silvia Matos, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e coordenadora do Boletim Macro Ibre, economistas já esperavam que o fim da pandemia pudesse provocar um "miniboom" no consumo de serviços, pois as famílias, especialmente as de maior renda, seriam liberadas para gastar parte relevante de seus rendimentos em serviços, como sempre costumavam fazer.

O movimento era esperado para o fim de 2021, mas ficou para o primeiro semestre deste ano. "Nesse (segundo) trimestre parece ter sido isso. As pessoas foram para festas, casamentos.

Acumulou tudo", disse Silvia.

## CONTATO SOCIAL.

A melhora do mercado de trabalho está ligada à normalização, pois houve uma recomposição das vagas perdidas nas atividades que dependem do contato social, que são destaque entre os maiores empregadores do País. Com a geração de empregos, a renda familiar cresce, mesmo que os salários de cada membro da família sejam menores do que antes, lembrou Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria.

Um terceiro fator a impulsionar o consumo foi a liberação de recursos extras pelo governo, como a

elevação do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, para R\$ 400 ao mês - o aumento mais recente, para R\$ 600, não teve efeito no segundo trimestre -, a antecipação do pagamento do 13.º salário de aposentados e pensionistas e a liberação de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Somente os saques do FGTS adicionarão 0,2 ponto porcentual ao crescimento do **PIB** de 2022, calculou Alessandra Ribeiro.

Esses três fatores - a normalização das atividades, a geração de empregos e as medidas do governo - tiveram ainda a contribuição do crédito. Segundo o IBGE, as operações para as pessoas físicas cresceram, na comparação com o segundo trimestre de 2021, apesar das taxas mais altas. Tudo isso fez o consumo das famílias contornar os dois principais obstáculos ao seu crescimento: a **inflação** elevada e a alta dos juros.

## Nível recorde

2,6% foi o crescimento registrado no consumo das famílias no segundo trimestre ante os três primeiros meses do ano, segundo dados do Produto Interno Bruto (**PIB**) divulgados ontem pelo IBGE

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Para 2023, espera-se uma perda de ritmo da economia doméstica

**ANA PAULA VESCOVI LUCAS MAYNARD**

O resultado do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre confirma forte desempenho da economia brasileira no primeiro semestre do ano, na esteira da consolidação do processo de reabertura após ampla vacinação e normalização da mobilidade.

A retomada do mercado de trabalho, as medidas de estímulo fiscal e a resiliência do ciclo de alta na construção civil ajudam a explicar esse bom comportamento.

O setor externo teve contribuição negativa na margem, mediante perda de momentum das exportações de commodities e avanço nas importações.

Do lado da oferta, o setor de serviços (o principal empregador e o mais afetado no auge da crise sanitária) mostrou expansão relevante em meio à normalização das atividades presenciais, impulsionando a recuperação do emprego e da renda do trabalho. A indústria também contribuiu positivamente, refletindo o maior consumo de bens industrializados e o avanço na construção civil.

Do lado da demanda, o consumo das famílias seguiu como o grande destaque, uma vez que os efeitos da contração monetária ainda não se fazem presentes.

Observamos crescimento no consumo de bens e serviços, refletindo o aumento da renda disponível, da concessão de crédito e do gasto da poupança acumulada durante o auge da pandemia.

Os investimentos também se fortaleceram, tanto na construção quanto nos setores relacionados às commodities.

Para os trimestres remanescentes do ano, esperamos que os efeitos defasados de uma política monetária fortemente contracionista comecem a se materializar, ainda que a resiliência do mercado de trabalho e a nova rodada de estímulo fiscal devam mitigar parcialmente o impacto. A normalização das taxas de poupança concomitante à desaceleração na concessão de crédito deve contribuir para o arrefecimento da demanda no período.

Para 2023, esperamos um esgotamento do

crescimento mecânico oriundo da normalização das atividades presenciais, em meio às perspectivas de desaceleração (ou recessão) em países com economias relevantes.

Portanto, os efeitos defasados do aperto monetário, local e global, deverão prevalecer, levando a uma perda de ritmo considerável da economia doméstica.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Corte de emendas pode ser saída para Auxílio, avaliam economistas



Governo deve usar 'caminho mais fácil', afirma Juliana



Megale vê mexida no teto por conta dos 'contornos políticos'

**ADRIANA FERNANDES ANNA CAROLINA PAPP  
BRASÍLIA**

Os R\$ 19,4 bilhões reservados no Orçamento de 2023 para o pagamento das emendas de relator do orçamento secreto são o alvo principal da tesourada recomendada pelo economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, e pela economista sênior da Tendências, Juliana Damasceno, para bancar um Auxílio Brasil de R\$ 600 sem furar o teto de gastos.

Um dia após a apresentação do projeto prevendo um benefício de R\$ 405, o Estadão perguntou aos dois economistas se seria possível encontrar espaço fiscal para manter o valor de R\$ 600. Sob forte polêmica, o Orçamento proposto em plena campanha eleitoral antecipa a necessidade de debate sobre o futuro do teto, de forma a acomodar os novos gastos já contratados pelos presidenciais.

Megale faz as contas e prevê nova rodada de mudanças na Constituição para acomodar os R\$ 164,6 bilhões em novas despesas já contratadas, entre elas, o aumento do Auxílio Brasil, o reajuste de servidores, o pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União) e a compensação a Estados e municípios com a perda de receita com o ICMS. Para ele, seriam possíveis cortes nas emendas de relator e nos gastos tributários (incentivos fiscais e subsídios), além de tornar programas mais eficientes, inclusive o Auxílio Brasil.

Mas diante do curto espaço de tempo e dos "contornos políticos", não é isso que ele prevê que acontecerá. "Devem aumentar o espaço no teto (o limite para gastar mais) e a dívida pública", diz.

A partir desse nível mais elevado, a tendência seria determinada por uma nova regra de correção do teto, que poderia ser a atual pelo IPCA ou que permitisse algum crescimento real (acima da **inflação**). Num cenário de correção do teto mais 1%, Megale estima que a dívida pública bruta chegaria em 2030 a 86,9% do **PIB** - patamar considerado elevado para o padrão de países emergentes como o Brasil. Com um teto sendo corrigido pela **inflação** mais 2%, a dívida iria a 91,7%. E, mantido o padrão histórico de 2014 a 2022, a dívida pública ultrapassaria os 120% até 2030. O resultado das simulações da XP mostram um novo período de déficits nas contas do governo.

"SEM TRANSPARÊNCIA".

Na avaliação de Juliana Damasceno, da Tendências, os cortes para remanejamento do Orçamento sem a necessidade de burlar o teto de gastos também poderiam sair do chamado orçamento secreto.

"As emendas de relator estão previstas em mais de R\$ 19 bilhões no ano que vem e passaram a desempenhar um papel significativo no Congresso. Esse dispositivo está sendo cada vez mais engessado, mesmo sendo muito questionável no quesito de transparência", afirma ela.

Outro ponto que ela destaca é uma possível revisão do abono salarial, benefício de até um salário mínimo para trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois pisos. "Esse benefício é visto como uma das medidas sociais menos eficientes, pois é pago para quem já está no mercado de trabalho, e estamos falando de R\$ 25 bilhões. Ele não precisa ser extinto, mas pode ser revisto, para ficar mais eficiente", diz.

Ela avalia, no entanto, que, em vez de remanejar as despesas, o governo deve optar pelo "caminho mais fácil", de criar uma nova PEC para furar o teto de gastos.

"Esse é um esforço que precisava ter sido feito lá atrás. Em vez de criar uma iniciativa de reajuste interno no Orçamento, a equipe econômica achou que

a saída mais fácil era criar uma PEC para parcelar os precatórios. Assumiuse que o Orçamento era rígido. A gente não pode repetir esse erro, embora eu não acredite nisso."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## 'Parece discurso de candidato', afirma relator

O relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), questionou a promessa do presidente Jair Bolsonaro de manter o pagamento do Auxílio Brasil em R\$ 600, sendo que a proposta orçamentária prevê o retorno do benefício para R\$ 405 mensais.

"Ele diz que vai continuar com esse valor no ano que vem, mas não propõe. Fica parecendo um discurso de candidato.

Quem não é governo promete; e quem é governo não precisa prometer, propõe. O Legislativo está aqui para dialogar", disse.

Da mesma forma, Castro voltou a reclamar da falta de uma proposta efetiva para manter o benefício em R\$ 600 em 2023 como é a promessa de Bolsonaro.

"Se não tem espaço fiscal, o governo deveria propor uma PEC agora", considerou.

Como governo e Congresso não adotaram medidas efetivas de corte de despesas, o projeto de Orçamento foi enviado sem espaço para elevar de R\$ 400 para R\$ 600 o valor do Auxílio Brasil, medida que custaria mais R\$ 52 bilhões.

O projeto foi enviado com uma mensagem do presidente aos parlamentares, em que pede apoio do Congresso para alterar, novamente, o teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Guedes promete que IPI será zerado em caso de reeleição de Bolsonaro

*Lu AikoOtta De Brasília*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187319?page=1&section=1)